

MESTRADO

PSICOLOGIA

# **Um crime de ódio chamado Gisberta: uma abordagem crítica e interseccional sobre os conteúdos da imprensa em Portugal**

Susana Isabel De Araújo Fagundes

**M**

2017







**UM CRIME DE ÓDIO CHAMADO GISBERTA: UMA ABORDAGEM  
CRÍTICA E INTERSECCIONAL SOBRE OS CONTEÚDOS DA  
IMPrensa EM PORTUGAL**

**Susana Isabel de Araújo Fagundes**

Outubro, 2017

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor Nuno Santos Carneiro (FPCEUP).



## **AVISOS LEGAIS**

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

*Aos meus pais*

## BALADA DE GISBERTA

(Pedro Abrunhosa)

*“Perdi-me do nome,  
Hoje podes chamar-me de tua,  
Dancei em palácios,  
Hoje danço na rua.  
Vesti-me de sonhos,  
Hoje visto as bermas da estrada,  
De que serve voltar  
Quando se volta p’ró nada.  
Eu não sei se um Anjo me chama,  
Eu não sei dos mil homens na cama  
E o céu não pode esperar.  
Eu não sei se a noite me leva,  
Eu não ouço o meu grito na treva,  
E o fim vem-me buscar.  
Sambei na avenida,  
No escuro fui porta-estandarte,  
Apagaram-se as luzes,  
É o futuro que parte.  
Escrevi o desejo,  
Corações que já esqueci,  
Com sedas matei  
E com ferros morri.  
Eu não sei se um Anjo me chama,  
Eu não sei dos mil homens na cama  
E o céu não pode esperar.  
Eu não sei se a noite me leva,  
Eu não ouço o meu grito na treva,  
E o fim vem-me buscar.  
Trouxe pouco,  
Levo menos,  
E a distância até ao fundo é tão pequena,  
No fundo, é tão pequena,  
A queda.  
E o amor é tão longe,  
O amor é tão longe... (...)  
E a dor é tão perto.”*

## **Agradecimentos**

Cada etapa é marcada por um momento de viragem: um lugar, uma pessoa, uma palavra... neste caso, uma dissertação. O presente trabalho marca o final de um percurso que nem sempre foi fácil, mas nunca deixou de ser desafiante; repleto de aprendizagens e experiências que contribuíram para a minha formação enquanto futura profissional da psicologia, bem como para o meu crescimento enquanto pessoa.

Durante estes 5 anos foram muitas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para eu chegar aqui... a todas e a cada uma delas, o meu sincero obrigada!

Ao Professor Doutor Nuno Santos Carneiro agradeço a orientação atenta e precisa, a oportunidade e o desafio de realizar este estudo, a compreensão, amabilidade e paciência com que sempre me recebeu, em particular nos momentos de maior dificuldade. Sem a sua orientação nada disto seria possível.

Ao grupo de seminário, pela partilha de dúvidas e inquietações que surgiram pelos meandros desta caminhada.

Ao Kevin pela prontidão e amabilidade com que se ofereceu para me traduzir o resumo.

Ao Carlinhos pela revisão do *Abstract* e por se ter mostrado um grande amigo, desde os momentos de gáudio aos momentos de tribulação.

Às minhas miúdas - Ana, Catarina, Cláudia, Jordana e Márcia- por ao longo destes 5 anos se terem mantido firmes e seguras, por serem a minha família longe de casa e por nunca me falharem, nem nos momentos mais insanos. Um agradecimento especial àquelas que ouviram os devaneios, reclamações, indignações, desesperos, vontades utópicas e muito mais, suscitados ao longo da realização desta dissertação. Por terem estado ao meu lado nestes momentos menos prósperos, e que com toda a paciência do mundo me ajudaram a organizar o pensamento e (des)construir realidades.

Aos amigos de sempre (Valencianos!) agradeço a amizade, a compreensão, a paciência, a aceitação... agradeço ter o privilégio de ter crescido e ir crescendo ao vosso lado, apesar de nem sempre estarmos perto, carregue-vos comigo para onde for.

A todas as outras pessoas que cruzam o meu percurso (as que vieram e ficaram, as que vão e vêm, as que vieram e foram) agradeço pelos sorrisos, lágrimas, conversas, palavras amigas,



palavras menos amigas, noites, dias, horas, momentos, partilhas, experiências, aprendizagens...por tanta coisa...

À minha avó por ser sempre um suporte, por me dar alento, por me ouvir e acalantar. “Seremos sempre do tamanho dos nossos sonhos!”

À Miinha e ao Landinho que já não estando entre nós, serão imperecíveis no meu coração. Agradeço todo amor e cuidado com que sempre me abraçaram. Agradeço por me aceitarem como família, apesar do sangue não o validar. Onde quer que estejam sei que se orgulham!

Aos meus pais, sem eles nada disto seria possível. Obrigada por todo o esforço que trazer – me até aqui acarretou. Obrigada por ouvirem, por enxugarem as lágrimas, por suportar todas as crises e horas de aflição. Obrigada por todos os valores transmitidos. Obrigada por terem segurado o leme, mesmo nos tempos mais tempestuoso. Obrigada por nunca me terem deixado desistir. Para vós não há palavras neste mundo.

Ao meu irmão, a estrela que ilumina os meus dias e a peste que lhes dá alento (como qualquer bom irmão). Inspira-me todos os dias desde aquele em que chegou à minha vida. Não fosse ele, e nunca cogitaria vir para a Psicologia. Por ti, para ti e por um mundo em que a “diferença” não seja um diferenciador, um mundo em que possamos simplesmente ser. Obrigada pelas infinitas lições partilhadas no silêncio de um olhar.

## **Resumo**

Assente numa perspetiva construcionista social, a presente dissertação de mestrado pretende fazer uma abordagem interseccional à abordagem mediática ao caso da Gisberta, a transexual assassinada na cidade do Porto em 2006 por um grupo de 14 jovens.

O método de recolha de dados passou pela pesquisa documental, tendo-se recolhido um total de 76 notícias. Por sua vez, o método de análise de dados utilizado foi a análise temática, tendo emergido seis temas do conjunto dos dados, a saber: Referencia de Género no discurso da imprensa, Desinformação acerca da transexualidade, Parcialidade no discurso da imprensa, Transfobia, Um crime de ódio cometido por um grupo de jovens, Gisberta, a face da discriminação. O organizador central resultante desta análise foi os “Enviesamentos mediáticos portugueses sobre Gisberta”.

Entre as principais conclusões deste estudo, destaca-se o facto de a imprensa se revestir de um discurso transfóbico, o facto de o crime cometido contra Gisberta ter sido motivado pelo ódio dirigido à população trans\* e a vulnerabilidade da vítima dever-se não só ao facto de ser trans\*, mas ao cruzamento de diferentes pertenças identitárias sujeitas ao estigma e à discriminação.

A presente dissertação pretende contribuir para uma reflexão crítica acerca das atitudes face à população trans\*, bem como sobre os efeitos desumanizantes e profundamente violentos destas atitudes, em particular no que respeita ao modo como tais processos estão presentes no discurso mediático que em Portugal se foi elaborando ao longo dos 11 anos transcorridos sobre a morte de Gisberta.

**Palavras-chave:** trans\*, transfobia, crimes de ódio, Gisberta, imprensa, interseccionalidade

## **Abstract**

Based on a social constructionist position, this master dissertation intends to make an intersectionalist approach to the case of Gisberta, the transsexual who was murdered in Oporto in 2006 by a group of 14 teenagers.

The data collecting method used was documental research, and a total of 76 news items were collected. In turn, the data analysis method used was the thematic analysis, and six themes emerged from the data set, namely: Gisberta's Gender Reference in the press discourse, Disinformation about transsexuality, Partiality in press discourse, Transphobia, One hate crime committed by a group of teenagers and Gisberta, the face of discrimination. The central organizer resulting from this analysis was the "Portuguese media skews over Gisberta".

Among the main conclusions of this study is the fact that the press has a transphobic discourse, the fact that the crime committed against Gisberta was motivated by hatred towards trans\* population and the vulnerability of the victim it's not only due to the fact that she is trans\*, but to the crossing of different identity belongings subject to stigma and discrimination.

This dissertation aims to contribute to a critical reflection on the attitudes towards the trans\* population, as well as on the dehumanizing and deeply violent effects of these attitudes, in particular as regards the way in which these processes are present in the media discourse that in Portugal was being elaborated over the 11 years elapsed on the death of Gisberta.

**Keywords:** trans \*, transphobia, hate crimes, Gisberta, press, intersectionality

## Résumé

Basée sur une position constructionniste sociale, la présente dissertation de master prétend faire un abordage intersexué du cas GISBERTA, la transsexuelle assassinée dans la ville de Porto en par un groupe de jeunes.

La méthode de veille informationnelle à découlée d'une recherche documentaire pour l laquelle a été analysé 76 articles. La méthode d'analyse des recherches utilisée a été la méthode par thème duquel ont émergé six thèmes sur l'ensemble des documents, à savoir : Référence au genre de Gisberta dans le discours de la presse, désinformation autour de la transsexualité, la partialité du discours de la presse, la transphobie, un crime de haine commis par un groupe de jeunes, Gisberta, la face de la discrimination. L'organisateur central résultant de cette analyse était « Les médias portugais s'inclinent devant Gisberta ».

Entre les principales conclusions de cette étude on remarque le fait que la presse utilise un discours transphobique, le fait que le crime commis contre Gisberta a été motivé par la haine allant à l'encontre de la population trans\*, que la vulnérabilité de la victime soit dû au fait qu'elle soit trans\*, mais au croisement de différentes identités appartenant à la stigmatisation et à la discrimination.

Basé sur le constructionnisme social, la présente dissertation prétend contribuer pour la réflexion critique autour des attitudes face à la population trans\*, ainsi que sur les effets déshumanisants et profondément violents de ces attitudes, en particulier sur la manière dont ces processus sont présents dans le discours médiatique élaboré au Portugal pendant les onze années écoulées depuis la mort de Gisberta.

**Mots clés :** Trans\*, transphobie, crime de haine, Gisberta, presse, intersectionnalité

## Índice

Introdução .....	1
1- Enquadramento Teórico .....	4
1.1. Identidade .....	4
1.2. Identidades Trans* .....	4
1.2.1. Algumas definições .....	6
1.3. O Trabalho Sexual e a Discriminação Trans* .....	7
1.4. Legislação Portuguesa e o modelo médico .....	9
1.4.1. Despatologização Trans* .....	10
1.5. Transfobia e Crimes de Ódio .....	11
1.6. Interseccionalidade das discriminações .....	12
1.7. Questões de Investigação .....	13
2- Metodologia de Investigação .....	14
2.1. Racional teórico .....	14
2.2. Método de recolha de dados .....	14
2.3. Método de análise de dados .....	15
3- Apresentação e Discussão dos Resultados .....	17
3.1. Referencia do Género da Gisberta no discurso da imprensa .....	17
3.2. Desinformação acerca da Transexualidade .....	19
3.3. Parcialidade no discurso da imprensa .....	22
3.4. Transfobia .....	26
3.5. Um crime de ódio cometido por um grupo de jovens .....	27
3.6. Gisberta, a face da discriminação .....	36
3.7. Enviesamentos mediáticos portugueses sobre Gisberta .....	41
4. Conclusões .....	43
4.1. Dificuldades e limitações .....	45

Referencias Bibliográficas.....	47
---------------------------------	----

## Índice De Figura

<i>Figura 1</i> – Mapa do tema “Referencia do género de Gisberta no discurso da imprensa” ...	19
<i>Figura 2</i> – Mapa do tema “Desinformação acerca da transexualidade” .....	22
<i>Figura 3</i> – Mapa do tema “Parcialidade no discurso da imprensa” .....	25
<i>Figura 4</i> – Mapa do tema “Transfobia” .....	27
<i>Figura 5</i> – Mapa do tema “Um crime de ódio cometido por um grupo de jovens” .....	35
<i>Figura 6</i> – Mapa do tema “Gisberta, a face da discriminação” .....	41
<i>Figura 7</i> – Mapa Temático da Análise .....	42

## Introdução

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa (...). Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”*

– Nelson Mandela

Gisberta Salce Júnior. Mais do que um nome, um símbolo. Um símbolo da discriminação, do ódio, da transfobia. Um símbolo da luta, do amor e da esperança por um mundo melhor.

Passaram-se 11 anos desde o assassinato de Gisberta Salce Júnior. Gisberta, uma mulher transsexual brasileira de 45 anos, a residir em Portugal há 25, assassinada a 22 de fevereiro de 2006, após vários dias de tortura, perpetrada por um grupo de catorze jovens. Além de ser trans\* era também trabalhadora do sexo, seropositiva, imigrante, moradora de rua e toxicodependente, afastando-se daquilo que é considerado a norma, tanto pela sua identidade de género como pelas restantes pertenças identitárias. Segundo a teoria da interseccionalidade, as múltiplas opressões configuram modos subjetivos e sempre localizados de vivenciar subjetivamente a discriminação, (Nash, 2008; DeFrancisco & Palczewski, 2007 cit in Rodrigues, 2016; Coll-Planas, 2012; McCall, 2005; Nogueira, 2013).

Na presente dissertação, procura-se fazer uma abordagem construtivista social recorrendo à análise temática das notícias sobre o caso de Gisberta, onde se reflete acerca da linguagem utilizada pela imprensa, da postura dos jovens que um dia decidiram “dar porrada à Gi” e à cerca da própria Gisberta.



O presente estudo é composto pelo enquadramento teórico, metodologia de investigação, apresentação e discussão dos dados e pelas conclusões. Desta forma, no enquadramento teórico, começa-se por definir o conceito de identidade, fazendo-se a diferenciação entre sexo e género, atentando àquilo que os relaciona. Ainda dentro da identidade, procura-se ilustrar as identidades trans\*<sup>1</sup> e clarificar alguns termos. Seguidamente, será abordada a relação entre o trabalho sexual e a discriminação trans\*, uma vez que, devido a várias condições de vida, a população trans\* recorre com frequência ao trabalho sexual, sendo este um trabalho que acarreta estigma, acaba por contribuir para a discriminação desta população. Logo após, serão explanadas as leis que constam da Constituição nacional e que visam salvaguardar os direitos da população trans\*, no entanto, a legislação portuguesa acaba por assentar no modelo médico, neste seguimento, observaremos as contrapartidas deste modelo e a importância da despatologização da transexualidade. Em seguida, discutir-se-á a relação entre a transfobia e os crimes de ódio. Posteriormente, será apresentada uma reflexão acerca da interseccionalidade das discriminações, onde se pretende ilustrar como as múltiplas discriminações influenciam as vivências do indivíduo discriminado e como cada pertença identitária pode proteger ou agravar a exposição do indivíduo à discriminação. Por último, ainda no enquadramento teórico, serão apresentadas as questões de investigação, às quais o presente estudo pretende dar resposta.

Logo depois, apresenta-se a metodologia de investigação, a qual se divide em racional teórico, metodologia de recolha de dados e metodologia de análise de dados.

---

<sup>1</sup> O termo “trans\*” com asterisco foi proposto por Raquel (Lucas) Platero (2014) tendo como objetivo ser um termo lato que abranja diferentes expressões e identidades de género. De acordo com Platero (2014), o asterisco pretende demonstrar a heterogeneidade na concepção de identidades, vivências e corpos, sem impor ao indivíduo uma categoria pré-concebida.

Ulteriormente, será feita a apresentação e discussão dos dados, onde serão expostos os temas emergentes e a sua confrontação com a literatura existente, bem como o organizador central resultante da análise.

Por fim, serão apresentadas as conclusões do estudo, onde se responderá às questões de investigação, e onde se elucidará acerca das dificuldades sentidas e as limitações do estudo, assim como serão apresentadas algumas propostas para estudos futuros.

## **1- Enquadramento Teórico**

### **1.1. Identidade**

A identidade é definida como uma construção dinâmica da unidade da consciência de si, assente nas relações e vivências que o indivíduo estabelece com o meio; deste modo é um processo ativo que envolve afetos, representações e percepções que lhe permitem conhecer-se no meio envolvente e ser conhecido socialmente, o que implica a existência de um sentimento subjetivo de permanência e de continuidade. Segundo Chasin (2000) é um fator que diferencia o posicionamento de certos indivíduos nos mais variados contextos socioculturais e políticos.

Entende-se sexo como o conjunto de características biológicas que marcam social e culturalmente a diferenciação entre homem e mulher. Sexo e género não são sinónimos, no entanto, a cultura faz com que a construção da identidade de género dependa do sexo de nascimento do indivíduo. Assim, Unger e Crawford (1993), definem género como sendo uma construção diferenciada e socialmente aceite do que significa ser homem e mulher.

No entanto, há casos em que a divisão dicotómica do género baseada no sexo, não serve para que a identificação subjetiva e cultural das subjetividades se faça, ou seja, em que esta dicotomia não é vivenciada como palco de identificação pessoal ou coletiva de si mesmo/a. Neste sentido emerge o conceito de transgénero, tal como definido por Bocking e Coleman (1999, 2011 cit in Bocking, 2014) é referente a um grupo de indivíduos cuja identidade de género se diferencia significativamente do seu sexo biológico e daquilo que é socialmente associado a este.

### **1.2. Identidades Trans\***

O termo transexual foi popularizado por Benjamin (1966) e referia-se ao indivíduo cuja expressão do género não entrava em conformidade com o que socialmente seria expectável para o seu sexo biológico.

O conceito de transgênero tem sido empregue como um termo lato, abrangendo todos os indivíduos que não se conformam com a categorização binária do gênero, assente na divisão dicotômica do sexo (masculino/feminino) (Nemoto, Boedeker, & Iwamoto, 2011). Deste modo é muitas vezes utilizado como um termo "guarda-chuva" para designar alguém cuja identidade e / ou expressão de gênero ultrapassa as expectativas culturais tipicamente esperadas para cada sexo (Prunas, Clerici, Gentile, Muccino, Veneroni & Zoja, 2015).

Assim, a expressão transgênero ou “*trans*” abarca um conjunto de indivíduos cuja identidade de gênero não corresponde ao seu sexo de nascimento. Deste modo, pessoas que se identificam com o gênero oposto ao do seu sexo biológico, assim como os sujeitos que se associam com uma variante de identidade de gênero que se afasta da ordem binária-transsexuais, travestis, transformistas, andróginos e intersexuais (Gomes, 2014; Lev, s.d.)-podendo, ou não, modificar, de modo permanente ou temporário, a sua representação corporal e a respetiva materialização desta representação (com ou sem ajuda química ou cirúrgica) (Jauk, 2013; Roche & Keith, 2014).

Transgênero é um rótulo descritivo que se traduz numa expressão de gênero distinta, elucidando a sua complexidade. (Currah, Jamison & Stryker, 2008 cit in Jauk, 2013; Elliot, 2009 cit in Jauk, 2013). Em termos de universalidade, o conceito não é passível de ser considerado uma categoria da identidade, dado que as construções de gênero variam de cultura para cultura, assim como a sua autodefinição no decorrer do tempo e do espaço, evidenciando a mutabilidade e fluidez do gênero (Nanda, 2000 citado em Jauk, 2013). Stryker (2008) sublinha a construção sociocultural do gênero, definindo a transsexualidade como um termo que abarca aqueles/as que transgridem as fronteiras do gênero, designadas por determinada cultura ou sociedade, e desse modo os padrões de feminilidade e masculinidade, definidos nesse contexto (Rodrigues, 2016).

As identidades trans\*, não são biologicamente naturais ou estáveis, e por esse motivo, devem definir-se histórica e geograficamente, uma vez que é no seio de cada sociedade que elas se corporizam, e consequentemente ganham significado (Rodrigues 2016). Prunas et al (2015) defendem que, dependendo do contexto cultural em que as expressões de gênero não normativas são expressas, os níveis de discriminação, estigma, ou violência variam.

Apesar do termo transgênero ser largamente inclusivo, não significa que todos os sujeitos que são catalogados como tal, usariam este termo para se descrever ou possuem o desejo de serem categorizados no âmbito deste “guarda-chuva” (Lev, s.d.). O “rótulo” trans\* acarreta estigma, e como tal, cada indivíduo arranja diversos modos de se apresentar, nomear e pensar acerca de si (Rodrigues, 2016).

Carneiro (2006) defende que as categorias de gênero são socialmente construídas e flexíveis, além de repletas de subjetividade. Assim cada indivíduo constrói um significado de si, encaixando-se ou não nestas categorias.

Não faz sentido categorizar alguém como homem ou mulher tendo por base o seu sexo biológico, tal como afirma Simone de Beauvoir (2009) “ninguém nasce mulher, torna-se uma”. Deste modo, não há uma associação direta e intrínseca entre sexo e gênero, mas antes uma construção social assente no mesmo. Havendo assim, expectativas culturais para aquilo que um homem e uma mulher deve ser e comportar. Todavia, alguns indivíduos não se identificam com estas expectativas, de modo que as ultrapassam, e limitam-se a ser homem ou mulher de uma forma própria e intransmissível, consoante a sua definição pessoal de gênero. Contudo, outros sujeitos não se encaixam em nenhuma destas categorias, assumindo uma forma de estar e de ser livre das restrições e condições do gênero socialmente aceite e definido.

### **1.2.1. Algumas definições**

Quando falamos de identidades trans\*, é de máxima importância esclarecer algumas terminologias que estão (in)diretamente relacionadas. Assim, seguem-se algumas definições:

*Male-to-female*: A designação transexual *male-to-female* refere-se ao indivíduo trans\* que “reivindica o reconhecimento social e legal como homem” (Jesus, 2012).

*Female-to-male*: Por sua vez, a designação transexual *female-to-male* refere-se ao indivíduo trans\* que “reivindica o reconhecimento social e legal como mulher” (Jesus, 2012).

Cisgenero: São denominadas de cisgênero todas as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (Jesus, 2012).

O indivíduo transexual age da forma que considera adequada para o género com o qual se identifica, por exemplo, adotam nome, aparência e formas de estar, estereotipicamente, associadas a esse género (Jesus, 2012). Deste modo, vale salientar que é de extrema importância referir-se à pessoa trans\* pelo seu nome social, i.e., o nome pelo qual desejam ser identificadas/os, contrapondo-se ao nome que consta no registo civil (ou não) (Silva, Souza, Sena, Moura, Sobreira & Miranda, 2016). Deste modo está a garantir-se o cumprimento do direito ao respeito e do sujeito ser reconhecido enquanto a pessoa que se autodefine (Silva et al., 2016). Ao respeitarmos esses direitos estamos a contribuir para a (re)inserção e reconhecimento da pessoa trans\* na sociedade (Silva et al., 2016).

### **1.3. O Trabalho Sexual e a Discriminação Trans\***

Fassinger e Arseneau (2007) definem a comunidade LGBT como um agregado de minorias que enfrentam opressão social dado o seu estatuto e consequentemente constituem um grupo vulnerável face diversas problemáticas.

Segundo Burgess (2009 cit in em Ramalho, N., Silva, A. & Santos, B., 2015), indivíduos transgénero constituem o grupo social mais ostracizado e incompreendido pela sociedade. Tendo em conta as normas sociais e as atitudes assumidas pela generalidade da população, os indivíduos trans\* tendem a sentir a sua identidade oprimida, tendo esta opressão a sua génese na família e na escola; estes tendem a forçar, e muitas vezes a punir, aqueles cuja expressão género não está em consonância com o seu sexo biológico, por considerarem impeditivo da adaptação aos estereótipos.

Toda a conjuntura de incompreensão e discriminação coloca os indivíduos trans\* em risco de vivenciarem sintomas de medo, ansiedade, depressão e, até mesmo, ideação suicida (Haas et al, 2001; Shipherd, Maguen, Skidmore, & Abramovitz, 2011 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015). Devido ao facto de sofrerem *bullying* na escola, muitos trans\* acabam por abandonar o sistema de ensino, o que se traduz em menos habilitações e consequentemente menos oportunidades de emprego. Para agudizar esta situação, o preconceito e discriminação por parte das entidades empregadoras, limitam ainda mais o acesso ao mercado de trabalho (Loehr, 2007 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015; Slamah et al, 2010; Tucker, 2011 cit in Roche & Keith, 2014).

Tendo em conta todas estas condições de vida, muitas vezes sujeitos transgénero têm falta de sustentabilidade económica (Monro, 2005 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015). Assim, estima-se que, aproximadamente, metade dos transgénero exerçam trabalhos sexuais (Harawa & Bingham, 2009 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015) e que 6% dos trabalhadores do sexo a nível mundial sejam transgénero (Slamah et al, 2010; Tucker, 2011 cit in Roche & Keith, 2014). Os trabalhos sexuais, para além de garantirem a subsistência do indivíduo, permite angariar fundos para fazer mudanças corporais quando esse é o objetivo (Leichtentritt & Davidson-Arad, 2004 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015). É, também, através do trabalho sexual que constroem e conquistam o reconhecimento social da sua identidade (Kulick, 1998 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015).

Foi feito um estudo com trabalhadores do sexo realizado na cidade de Lisboa (Barroso, 2013 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015), no qual foram incluídas 43 pessoas transgénero. Os resultados obtidos apontam para que cerca de 98% desta população vive, exclusivamente, desta atividade.

Na realidade portuguesa, a prostituição de rua é muitas vezes alvo de agressão (Oliveira, 2011; Stotzer, 2009; Weitzer, 2009 cit in Ramalho, Silva, & Santos, 2015). No entanto, os *travestis* são o maior alvo de situações de discriminação e violência, dado que possuem uma identidade e atividade profissional que é socialmente estigmatizada, sofrendo agressões verbais, físicas, psicológicas, sexuais e crimes de ódio. São conhecidos alguns casos de assassinato, como o caso de Gisberta sobre o qual me irei debruçar ao longo desta dissertação. Também em Lisboa, duas travestis foram violentadas física e verbalmente por agentes da polícia (Ramalho, Silva & Santos, 2015).

Em alguns casos, observa-se a emigração de trans\* para outros países, uma vez que a discriminação nos seus países de origem é de tal modo elevada que se torna insustentável. Devido às barreiras linguísticas e à baixa escolarização, estes acabam por trabalhar na indústria do sexo. Estes indivíduos são multiplamente discriminados, uma vez que são trabalhadores do sexo, emigrantes e trans\* (Slamah et al, 2010 cit in Roche & Keith, 2014).

#### **1.4. Legislação portuguesa e o modelo médico**

A maioria dos Estados-membro do conselho da Europa não reconhece a transfobia como motivo para os crimes de ódio. Por sua vez, a Lei nº 19/2013 de 21 de Fevereiro da constituição portuguesa inclui a transfobia como uma agravante aos crimes de ódio.

A Lei nº28/2017 de 14 de Abril defende a igualdade de acesso ao emprego e de tratamento neste contexto, independentemente da identidade de género, ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

A lei nº7/2011 de 15 de Março prevê que o individuo mude o seu sexo no registo civil, assim como o seu nome. No entanto, tem um carácter patologizador, uma vez que é necessário o individuo, para que possa fazer essa alteração, ter um comprovativo médico que alegue a presença de uma perturbação de identidade de género (artigo 5 da Lei n.º 7/2011), atualmente dominada por disforia de género.

A legislação nacional está assente no modelo médico, sendo que este modelo direciona o problema ao individuo que não encontra uma consonância entre o seu sexo e a sua identidade de género e não na sociedade pela expressão transfóbica (Arán, Zaidhaft e Murta, 2008).

O modelo médico gera no imaginário coletivo a crença de que todos os indivíduos que vivenciam a inconformidade de género almejam a cirurgia de redesignação sexual, deste modo acaba por reforçar a associação da transsexualidade com doença e a intervenção cirúrgica com a cura (Missé, cit in Rodrigues, 2016).

O trabalho que é feito pelos profissionais de saúde mental em Portugal, junto da população *trans*, remete para a avaliação, visando determinar quais os clientes que poderão ou não aceder aos tratamentos hormonais, assim como à cirurgia de redesignação sexual (Pinto & Moleiro, 2012). Deste modo, observa-se um desequilíbrio no acompanhamento desta população e nas respostas dadas, uma vez que o foco de intervenção é quase exclusivamente processual, não atentando às necessidades e dificuldades que surgem ao longo do desenvolvimento. Um outro problema passível de se observar é o desenvolvimento de



manifestações específicas de transfobia clínica, que se traduz na sobrepatologização dos clientes trans\* e na perpetuação de mitos e crenças erróneas (Raj, 2002 cit in Pinto & Moleiro, 2012). Deste modo, é legítimo questionar a pertinência da intervenção médica para a alteração do nome e sexo no registo civil.

Um estudo de 2012, realizado por Pinto e Moleiro, apresenta resultados que corroboram este questionamento. Muitas vezes o diagnóstico diferencial é feito com a esquizofrenia e são apontados componentes psicóticos que segundo os clínicos entrevistados são indicadores de uma crença que o indivíduo tem sobre si (acredita ser transexual) e não a realidade (ser transexual). Este posicionamento por parte dos profissionais de saúde levanta outras questões, como por exemplo em que medida as crenças pessoais dos clínicos não interferem neste diagnóstico e até que ponto, estas mesmas crenças, não empõem para a medicação inadequada dos pacientes.

A 15 de Março de 2016, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto-lei que visa a simplificação deste processo, sendo que estas mudanças deverão ser efetuadas consoante o indivíduo trans\* assim o considere, e consequentemente retira este carácter patologizador da prática.

José Soeiro (2016 cit in TSF, 2016) sublinha o facto de toda a questão do transgenderismo não se prender com uma doença, mas antes com uma questão identitária, e por esse mesmo motivo, a alteração documental não deveria passar por uma tutela médica.

#### **1.4.1. Despatologização Trans\***

Planas (2010) defende que a patologização é uma forma de transfobia exercida pelo Estado e pelas instituições médicas, e por esse motivo emerge a necessidade de despatologizar.

O significado atribuído por cada indivíduo trans\* à sua vivência deve prevalecer sobre qualquer quadro clínico e assim, sobre o modelo médico, que as interpreta como sendo homogéneas (Sennott, 2010). Assim, a pessoa trans\* deve ser participante ativo/a em todo o processo, desempenhando o papel de narrador/a da própria história. (Neves, 2005 cit in Rodrigues, 2016).

Missé (2014 cit in Rodrigues, 2016) refere-se à perspetiva de despatologização como sendo um questionamento dos mecanismos da patologização, dado que não é a pessoa que

apresenta uma patologia, mas antes a sociedade onde esta se insere que não tem a capacidade de conceber uma realidade que não se enquadre nos termos hegemónicos vigentes.

### **1.5. Transfobia e Crimes de Ódio**

Vistos como transgressores das normas do género, as pessoas transgénero são frequentemente vítimas de violência por parte daqueles que se consideram *vigilantes do género* (Jauk, 2013). Estes indivíduos definem muito rigidamente as fronteiras entre ser homem e ser mulher, encontrando alguém que desrespeita estes padrões, infligem práticas de violência interpessoal e assédio (Bettcher, 2007; Witten & Eyler, 1999; Bornstein, 1994 cit in Jauk, 2013).

As pessoas trans\* são alvo de elevado grau de discriminação, intolerância e violência. Vulgarmente, vêm os seus direitos serem violados, incluindo o direito à vida, o direito à integridade física e o direito à saúde (Hammarberg, 2009 cit in Ramalho, Silva & Santos, 2015). Estes atentados à integridade humana constituem uma forma de violência baseada no género, que é impulsionada pela vontade de castigar quem, segundo a sua perspetiva, desrespeita as normas referentes ao género (United Nations, 2013).

Os crimes de ódio, na perspetiva de quem os pratica, têm como objetivo último salvaguardar a continuidade das hierarquias normativas, garantindo a construção e reconstrução de normas e identidades. Em particular, quando o alvo são as mulheres trans\* (Male-to-Female) o que se pretende é perpetuar uma forma hegemónica de masculinidade em torno da qual as normas de género, sexo e libido são organizados (Perry& Dyck, 2014). É a perceção da transgressão das regras do género que motiva a agressão aos indivíduos trans\*, assim, a visibilidade desta população é a principal porta para a potencial vitimização (Perry& Dyck, 2014).

Os crimes de ódio estão diretamente relacionados com as conceções e práticas da diferença, à marginalização e ao poder de um *grupo maioritário* em detrimento da falta de poder de um *grupo minoritário* (Perry& Dyck, 2014). Assim, este nunca é um evento isolado nem estático no tempo, deve antes ser encarado como um processo dinâmico e contínuo, que envolve diversos atores, contextos e uma estrutura (Perry& Dyck, 2014). Resumidamente,

este tipo de crime prevê a hegemonia do grupo dos agressores e subordinação do grupo das vítimas (Perry & Dyck, 2014).

Há casos onde a exposição ao estigma e à violência é de tal modo exacerbada, que acaba por ocorrer internalização do mesmo (Jauk, 2013). Segundo Bourdieu (2001 cit in Jauk, 2013), este processo representa uma violência simbólica autoinfligida, que se caracteriza pela avaliação das suas condições através desses quadros adquiridos e, conseqüentemente, considerando-as normais. Deste modo, perpetuam-se as estruturas sociais regidas pela desigualdade (Jauk, 2013).

Assim, entende-se por transfobia todo o conjunto de agressões de que os indivíduos trans\* são alvo (humilhação, hostilização, ameaça, difamação, exploração sexual, extorsões, agressões físicas...), podendo culminar na sua morte (Bonassi, Amaral, Toneli & Queiroz, 2015). Estas práticas violentas são de tal modo perpetuadas, que acabam por ser banalizadas pelas vítimas (agressões verbais) (Bonassi, Amaral, Toneli & Queiroz, 2015). Assim, é recorrente observar-se que alguns tipos de violência não são identificados como tal por pessoas *trans*, devido à frequência com que se defrontam com esta (Bonassi, Amaral, Toneli & Queiroz, 2015).

### **1.6. Interseccionalidade das discriminações**

A interseccionalidade foi inicialmente designada como a “simultaneidade de opressões” (Nogueira, 2013; Platero, 2012; Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2014).

Esta teoria refere-se ao facto de o indivíduo não se caracterizar somente pelo aspeto alvo de discriminação, sendo que outras das suas características podem, também elas, ser alvo de discriminação, protetoras ou propensoras da mesma. Deste modo, ao estudar a discriminação deve atentar-se ao indivíduo como um todo, e avaliar se, como e em que medida as suas restantes características o/a expõem à discriminação.

Segundo esta perspetiva, não atentamos somente ao facto de o indivíduo ser trans\*, pretendendo-se observar a forma como ser trans\* se relaciona, por exemplo, com a sua etnia, nível socioeconómico, orientação sexual e idade, podendo protegê-lo ou expô-lo ao risco, conforme essas pertenças identitárias (Platero, 2012).

Estudos sobre as vivências de pessoas LGBT, demonstram que os jovens LGBT de nível económico baixo estão mais expostos e vulneráveis a condições/situações sociais mais agrestes do que os de meios sociais mais favorecidos (Nogueira & Oliveira, 2010).

Na sociedade ocidental contemporânea, os indivíduos trans\* são os mais estigmatizados e discriminados, tanto na sociedade em geral como na comunidade LGBT.

A teoria da interseccionalidade, pressupõe que o impacto das opressões não é sumativo e antes multiplicativo, isto é, as várias opressões não originam mais discriminação quantitativamente, mas antes uma experiência de discriminação mais intensa e particular, e por esse motivo intransmissível e incomparável (Coll-Planas, 2012; Nogueira 2013).

Algumas pertenças identitárias acrescentam vulnerabilidade à condição trans\*, particularmente, a orientação sexual não normativa, a não aceitação por parte da família após o *coming out*, a etnia e ao não desenvolvimento de estratégias de *passing* (capacidade de a pessoa trans\* se fazer passar por não trans\*) (Ferreira, 2014; Lev, 2004 cit in Rodrigues, 2016).

### **1.7. Questões de Investigação**

As questões de investigação são o mote de qualquer estudo, uma vez que permitem delinear os principais pontos da investigação, assim como, guiar a análise. Deste modo, tendo por base a revisão da literatura e a abordagem teórica selecionada, as questões de investigação delimitam-se da seguinte forma:

Q1. Como se posiciona o discurso da imprensa face à transexualidade?

Q2. Como é referenciado o género da Gisberta pela imprensa?

Q3. Os jovens que assassinaram Gisberta fizeram-no motivados pelo ódio?

Q4. O facto de Gisberta ser trans\* era o seu único fator de fragilidade?

## **2-Metodologia de Investigação**

### **2.1. Racional teórico**

A presente dissertação parte da epistemologia construcionista social. Deste modo procura-se fazer uma contextualização histórico-social dos acontecimentos ao invés de se procurarem padrões universais e generalizáveis. Segundo Gergen (1985) o construcionismo social defende uma conceção do mundo, daquilo a que habitualmente chamamos a “realidade”, como sendo o resultado das diversas interações que nele são feitas.

Esta abordagem epistemológica preconiza que são as pessoas que criam o conhecimento e teorizam acerca do funcionamento do mundo, por meio das interações sociais, não concebendo verdades como absolutas, estáveis e independentes (Zuriff, 1998).

A posição ontológica do construcionismo social é a proposição de que para além das interações entre os indivíduos, a construção ativa da realidade, faz-se também através da linguagem (sendo esta, também, um produto da interação social), uma vez que esta é a única forma de aceder ao conhecimento.

Este posicionamento foi escolhido para orientar o presente estudo, uma vez que o que se pretende é atentar a um acontecimento localizado em determinado tempo e espaço, e não fazer generalizações de determinada realidade.

### **2.2. Método de recolha de dados**

A metodologia qualitativa demonstrou-se a mais adequada para investigar esta temática, uma vez que nos permite aceder a informações mais detalhadas sobre o assunto, conseguindo captar em maior amplitude a complexidade das vivências exploradas (Warren & Karner, 2005, cit in Braun & Clarke, 2013). Segundo Miles & Huberman (1994, cit in Braun & Clarke, 2013) os métodos qualitativos são os mais adequados para aceder a aspetos mais recônditos das vivências humanas.

Assim, dentro dos métodos qualitativos recorreu-se à pesquisa documental.

A pesquisa documental consistiu na recolha de notícias sobre o caso da Gisberta, para tal recorreu-se a vários sites de notícias, a saber: Público, Correio da Manhã, TVI24, Expresso, O Observador, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Revista Sábado, Revista Visão e Notícias Magazine <sup>2</sup>. Os critérios de pesquisa passaram por utilizar o termo “Gisberta” em todas as buscas e selecionar apenas as notícias cujo conteúdo se relacionasse com o assassinato de Gisberta e o processo judicial que se seguiu. A pesquisa cessou no momento em que se atingiu a saturação teórica. A saturação teórica refere-se ao ponto em que os dados apresentam uma determinada redundância ou repetição daquilo que já foi recolhido, e deste modo leva ao “fechamento amostral” (Denzin, Lincoln, 1994 cit in Fontanella & Junior, 2012).

### **2.3. Método de análise de dados**

A presente dissertação utiliza como método de análise dos dados a Análise Temática (AT), segundo a proposta de Braun & Clarke (2013). A Análise Temática remete para a identificação e análise de padrões presentes nos dados qualitativos (Braun & Clarke, 2013). Esta apresenta-se como uma metodologia flexível uma vez que pode ser utilizada em dados com as mais diversas naturezas e dentro de uma panóplia de quadros conceptuais, desde o essencialismo ao construcionismo (Braun & Clarke, 2013).

Esta proposta de análise é composta por seis fases, não devendo ser encarado como um modelo linear, uma vez que o investigador/a não é impedido/a de passar para o próximo nível sem ter terminado o anterior de forma correta, a AT, apresenta-se, assim, como um processo recursivo (Braun & Clarke, 2006).

A primeira fase da AT é a *familiarização com os dados* (Braun & Clarke, 2006). Nesta fase, o objetivo era apropriar-me devidamente dos dados recolhidos, assim procedi à sua leitura uma e outra vez. Ainda nesta fase, fui fazendo alguns apontamentos que levaram à, posterior, elaboração dos códigos.

A segunda fase da AT refere-se à *codificação* (Braun & Clarke, 2006). Durante a codificação, procurei identificar características importantes no conjunto dos dados. Estas

---

<sup>2</sup> A seleção das fontes para a recolha de dados foi feita de modo aleatório, sendo que se parou a seleção no exacto momento em que umas fontes começavam a repetir as informações de outras fontes já acedidas.

características relevantes foram agrupadas em códigos, sendo que cada um destes códigos corresponde a uma característica dos dados que se revelou importante para a investigadora. No final desta fase, fiz o levantamento de todos os códigos e respectivos excertos dos dados.

A terceira fase da AT é a *pesquisa de temas* (Braun & Clarke, 2006). Durante esta fase procurei identificar padrões existentes no conjunto dos dados, com o intuito de aglomerar os códigos em diferentes categorias de acordo com as semelhanças que estes possuem entre si, e deste modo criar potenciais temas.

A quarta fase da AT é a *revisão dos temas* (Braun & Clarke, 2006). Nesta fase, procurei verificar se os temas estavam em consonância com excertos codificados. Além disso, observei se os temas contavam uma história coerente, assim como o tipo de interação que uns temas mantêm com os outros. Deste modo, foi necessário alterar os temas iniciais, juntando alguns temas e eliminando outros.

A quinta fase da AT passa por definir e nomear os temas (Braun & Clarke, 2006). Durante esta etapa, enquanto investigadora descrevi detalhadamente cada tema, identificando o seu “cerne” e através deste atribui-lhe um nome que considerei informativo, preciso e chamativo.

A sexta e última fase consiste na escrita de todo o processo (Braun & Clarke, 2006). Nesta fase, procurei elaborar uma narrativa analítica que contasse uma história coerente acerca dos meus dados, ilustrando-a com excertos dos dados analisados e contextualizando-a em relação à literatura existente.

### **3- Apresentação e Discussão dos Resultados**

#### **3.1. Referencia do Género da Gisberta no discurso da imprensa**

Através da identificação de códigos, um dos temas que emergiu do conjunto dos dados foi definido como “Referencia de género no discurso da imprensa”. O processo de definição deste tema pretendia analisar a forma como as notícias faziam referência à identidade de género de Gisberta. Através da análise do discurso da imprensa, foi perceptível a pluralidade na referencia ao género, sendo esta feita tanto no masculino como no feminino, e em algumas notícias, uma mescla de ambas, não se verificando uma consistência na referencia ao género.

O processo de identificação e definição deste tema partiu da identificação dos seus códigos. O primeiro código que surgiu dentro deste tema, foi a “Referencia no masculino”. Em muitas das notícias analisadas, particularmente, naqueles que foram redigidas entre 2006 e 2008, observa-se uma exacerbada referência no masculino (mais precisamente 36 referencias num total de 67 notícias), negligenciando-se o nome da pessoa sobre a qual se noticiava, assim como a sua identidade de género. Muitas vezes, o seu nome era violado, referindo-se a ela como Gisberto (o seu nome no registo civil) e, até mesmo, designando-a como sendo um homem.

De modo generalista, pode-se afirmar que uma mulher transexual é toda e qualquer pessoa que reivindica para si o reconhecimento social e legal como mulher (Jesus, 2012).

Estas mulheres querem e têm o direito de ser tratadas como qualquer outra mulher (Jesus, 2012), sendo de máxima importância referir-se à pessoa trans\* pelo seu nome social, de modo a que se salvguarde o cumprimento do direito de ser reconhecido/a enquanto a pessoa que se autodefine (Silva et al., 2016). Neste seguimento, quando outros se referem à população trans\*, quer seja por via falada ou escrita, deve recorrer a desdobramentos do género que atentem àquele com o qual a pessoa alvo se identifica (Jesus, 2012). É essencial este tipo de abordagem no que concerne à manutenção da cidadania e do respeito pelo/a outro/a (Jesus, 2012).



Assim, ao se referirem a Gisberta recorrendo a terminologia alusiva ao género masculino, incorreram em desrespeito pela sua pessoa, em primeira instancia, e pela população trans\* num panorama mais geral. Quando desrespeitamos os direitos de determinada pessoa, estamos, de forma (in)direta a discrimina-la. Resumidamente, ao utilizar-se uma referencia masculina quando o objetivo era falar de uma mulher trans\* estão a ser violados os seus direitos enquanto pessoa, e consequentemente, a validar-se e a promover-se transfobia.

Por sua vez, as referencias ambíguas, demonstram que o profissional que redigiu a noticia não assume uma posição clara em relação à sua identidade de género, o que manifesta falta de conhecimento.

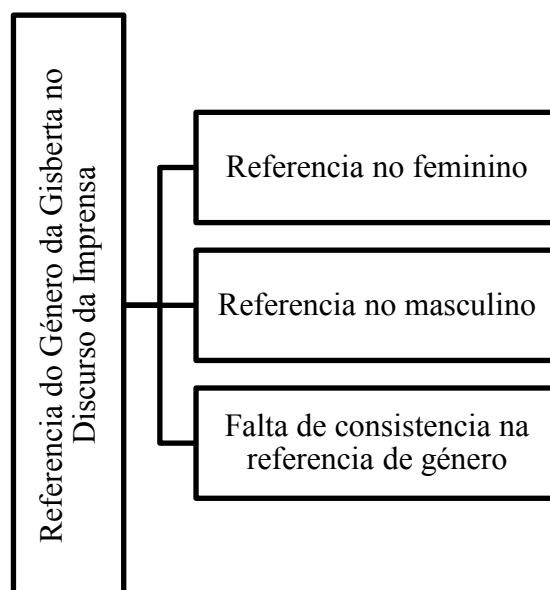
Até 2008, sensivelmente, observa-se uma acentuada referencia no masculino, sendo que nos últimos anos, esta tendência tem-se invertido, para dar lugar, a uma referencia quase exclusivamente no feminino, quando o tema é Gisberta.

Dentro deste tema foram, ainda, identificados mais dois códigos, sendo em deles a “referencia no feminino”. A “Referencia no feminino” começou a surgir nas publicações mais recentes, sendo esta a designação correta para aludir a Gisberta, tendo em conta a sua identidade de género.

Esta mudança de paradigma poderá dever-se à maior discussão que se tem vindo a assistir, sobre os temas relacionados com as questões da identidade de género, uma vez que a discussão gera reflexão e, consequentemente, a busca de conhecimento. Por outro lado, apesar de parcas, também ocorreram algumas mudanças legislativas (Lei nº7/2011, Lei nº19/2013, Lei nº28/2015), que têm um efeito humanizante e inclusivo, o que de certa forma constrange as manifestações transfóbicas.

Um outro código que surgiu, foi a “Inconsistência na referencia ao género”, dado que na mesma notícia, algumas vezes surgiram referencias no feminino e masculino. Esta confusão poderá indicar falta de conhecimento relativo à temática, e consequentemente, um desajuste no discurso da imprensa.

Para melhor ilustrar o tema “Referencia de género no discurso da imprensa”, apresenta-se na figura 1 o mapa deste tema.



*Figura 1* – Mapa do Tema “Referencia do género da Gisberta no discurso da imprensa”.

### **3.2. Desinformação acerca da Transexualidade**

A “desinformação acerca da transexualidade” foi um outro tema identificado a partir do processo analítico e está relacionado com a forma como a imprensa aborda a transexualidade, sendo evidente a falta de conhecimento acerca do tema e de cuidado em informar-se antes de falarem acerca do mesmo.

Emergiram dos dados 2 códigos e um subtema. Os códigos emergentes prendem-se com a “incompreensão da transexualidade” e com a “não aceitação da transexualidade”, por sua vez, o subtema construído remete para a “designação incorreta” que se desdobra nos códigos “confusão com orientação sexual” e “confusão com transformismo”.

O primeiro código que surgiu foi a “incompreensão da transexualidade”, este código está alicerçado num tipo de discurso que se refere à transexualidade de uma forma desajustada, apoiando-se de uma perspetiva que não aceita Gisberta como sendo mulher, referindo-se a uma transformação. Através deste discurso, torna-se evidente que o emissor não tinha o conhecimento necessário acerca da transexualidade. De acordo com Stryker (2008) o género é uma construção sociocultural, deste modo a transsexualidade é definida como um termo

que abarca aqueles/as que não consideram que as categorias de género pré-concebidas e socialmente aceites, os definam. Deste modo, acabam por ultrapassar as fronteiras do género, designadas por determinada cultura ou sociedade, e assim os padrões de feminilidade e masculinidade, definidos nesse contexto (Rodrigues, 2016).

*“(...) tal como o filho que se transformou em mulher, é de nacionalidade brasileira”* (7 de fevereiro de 2008 | Público: Mãe da transexual Gisberta Júnior admitida como assistente no processo)

O segundo código que emergiu foi a “não aceitação da transexualidade”. Dentro deste código observa-se um discurso explicitamente discriminatório que tenta retirar a Gisberta o direito de ser tratada pelo seu nome, sendo as menções feitas com recurso a pontuação gramatical que faz alusão ao seu nome como sendo uma alcunha, ou referindo-se a este deliberadamente como uma alcunha. Além disso, não a concebe como uma mulher, mas antes como tendo uma semelhança com o género feminino.

*“uma pessoa que tinha seios e que se parecia com uma mulher”* 2 de agosto de 2006 | CM: Treze meses internados

*“da transexual «Gisberta»”* (6 de Setembro de 2006 | TVI24: Gisberta: alunos afastados dos técnicos sociais)

*“Gisberta é o nome por que ficou conhecido Gisberto Júnior...”* (14 de Abril de 2008 | Visão: Jovem condenado a oito meses de prisão)

*“ao transexual Gisberto Júnior (conhecido como “Gi” ou “Gisberta”)”* (7 de fevereiro de 2008 | Expresso: Jovem que atacou Gisberta começa a ser julgado)

*“Gisberto Salce Júnior era conhecido por Gisberta e pelo diminutivo ‘Gis’”* (28 de Fevereiro de 2006 | CM: Oficina não é casa de correção)

Para além dos dois códigos supracitados, surgiu, também, um subtema: “designação incorreta” que é composto pelos códigos “confusão com orientação sexual” e “confusão com transformismo”.

Ao longo das notícias emitidas, foram algumas as vezes em que a transexualidade foi confundida com orientação sexual ou transformismo, quando referem que o crime cometido esteve ou não relacionado com a orientação sexual da vítima, quando esta nunca esteve em causa, assim deparamo-nos com uma designação incorreta da transexualidade. No caso da Gisberta, o que ressaltou e chamou a atenção dos seus homicidas foi a sua identidade de género, e nunca a sua orientação sexual, o que se torna evidente através dos seus testemunhos.

Seguem-se alguns exemplos:

*“Entende o procurador que os jovens agiram com a intenção de se «divertirem» com o sofrimento alheio, tendo sido, além disso, motivados por intolerância **perante as opções sexuais da vítima**”* (3 de julho de 2006 | TVI24: Transexual: 13 menores julgados)

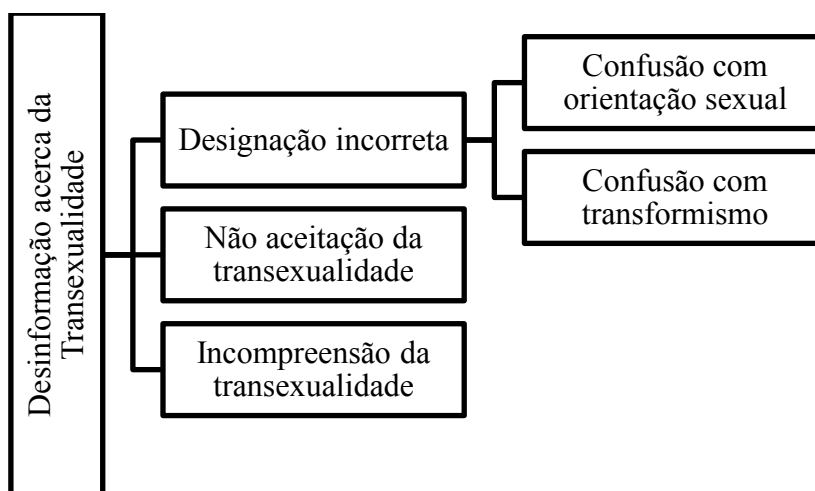
*“Refira-se ainda que a sentença não dá como provado que o crime tenha sido motivado devido à **orientação sexual da vítima**”* (2 de agosto de 2006 | Público: Menores suspeitos de matarem Gisberta condenados a internamentos até 13 meses)

*“Os menores (...) demonstraram um elevado **grau de homofobia**.”* (15 de Dezembro de 2007 | CM: Viu bater em Gisberta)

Dentro deste tema, vemos muitas vezes que existe uma fronteira muito ténue entre a desinformação sobre a transexualidade e a transfobia, pelo que podemos afirmar que a primeira está na base para a segunda.

A população LGBT tem vindo a ser alvo de constantes e diversas agressões que são perpetuadas com base em opiniões, crenças e valores heterossexistas e cisnormativos desprovidos de conhecimento sobre a sexualidade e sobre as identidades de género (Koehler, 2013). Muitas pessoas ainda não compreendem os termos orientação sexual e identidade de género, uma vez que não têm acesso à informação (Koehler, 2013). Deste modo, podemos inferir que a falta de conhecimento em relação à identidade de género está diretamente relacionada com comportamentos transfóbicos.

Para melhor ilustrar o tema “Desinformação acerca da transexualidade”, apresenta-se na figura 2 o mapa deste tema.



*Figura 2 – Mapa do Tema “Desinformação acerca da transexualidade”.*

### **3.3. Parcialidade no discurso da imprensa**

A “parcialidade no discurso da imprensa” foi um outro tema identificado a partir do processo analítico e está relacionado com o facto de através do discurso da imprensa se denotar uma certa tendência para atenuar o papel que os jovens tiveram em todo o crime que culminou na morte de Gisberta.

Emergiram dos dados dois códigos e um subtema, a saber: “desculpabilização” e “atenuação dos atos levados a cabo pelos jovens” e o subtema “Desconsideração da vítima” que se desdobra nos códigos “Despersonificação da vítima” e “Foco na diferença”.

O primeiro código que surgiu foi a “desculpabilização” que remete para uma tipologia discursiva que acaba por procurar uma espécie de justificação para o ocorrido, focando-se na desindividualização proveniente da integração de um grupo, e da fragilidade dos contextos nos quais eles se inserem. Deste modo, a imprensa acaba por tentar encontrar os motivos para as suas ações, quase como se eles individualmente não tivessem qualquer culpa do ocorrido, somente o grupo como uma identidade anónima e inalcançável.

Através desta abordagem, a imprensa parece procurar indulgenciar os jovens pelo assassinato da Gisberta.

Um dos trechos onde é, claramente, visível este posicionamento é o seguinte:

*“Os menores terão agido como se constituíssem um bando. Uns terão dado a ideia e outros ter-se-ão sentido, de algum modo, pressionados para participar nas agressões (físicas e psicológicas) e nas sevícias sexuais. Com códigos de conduta alterados, os menores não terão querido dar parte de fracos. Terão querido afirmar-se perante os pares. Terão entendido que não alinhar seria desprestigiante, motivo suficiente para serem insultados pelos outros.”* (19 de Julho de 2006| Público: Agredir Gisberta foi forma de afirmação perante os pares)

O segundo código que surgiu foi a “atenuação dos atos levados a cabo pelos jovens”, este código reflete um discurso que direciona a causa de morte para o afogamento, como se este não tivesse sido um efeito direto das ações dos jovens, como se fosse possível alguém no estado débil de Gisberta (sendo a maior parte desta debilidade causada pelas as agressões continuadas infligidas pelos jovens) ter caído aquele poço e sobrevivido. Além disso, é evidente a utilização recorrente do termo “alegadamente” para se referirem às agressões infligidas, o que parece tentar despertar alguma dúvida no leitor, quanto à culpa dos acusados. Em seguida, são apresentados alguns dos exemplos desta abordagem discursiva.

*“(…) Gisberto Salce Júnior, um brasileiro sem-abrigo e **doente em fase terminal**, que viria a **morrer afogado** no fosso para onde foi atirado pelos menores.”* (14 de abril de 2008| Expresso: Jovem condenado a oito meses de prisão por omissão de auxílio)

- *“(…) morrendo por afogamento (...)”* (7 de Fevereiro de 2008| Público: A mãe da transexual Gisberta Júnior admitida como assistente no processo)

*“(…) tendo sido alegadamente morto à pancada, embora a autópsia tivesse apurado que a causa determinante foi o afogamento.”* (5 de Maio de 2006| CM: Jovem de 16 anos ilibado do crime)

*“(…) no Tribunal de Menores do Porto, discutir-se-á apenas a eventual prática dos crimes de homicídio tentado e ocultação de cadáver.”* (1 de julho de 2006| Público: MP diz que jovens do Porto não consumaram a morte de Gisberta)

“(...) apesar de não serem os responsáveis pela morte de ‘Gisberta’ (...)” (31 de Maio de 2006| CM: Acusados 13 jovens)

“Gisberto de Salce Junior, de 46 anos, morreu por afogamento – a autópsia revelou água nos pulmões, indicando que ainda respirava quando foi atirada ao poço (...)” (4 de Julho de 2006| CM: Rapazes explicam homicídio)

“O transexual morreu vítima de afogamento, porque as agressões alegadamente infligidas pelos menores não foram fatais.” (14 de Julho de 2006| Lusa: Tribunal quer ouvir todas as testemunhas do caso Gisberta até quinta-feira)

Também emergiram dos dados dois códigos que permitiram, depois de construídos, lidos e relidos, chegar ao subtema “Desconsideração da vítima”. Este subtema e respetivos códigos - “Despersonalização da vítima” e “Foco na diferença” - remetem para uma abordagem que se refere a Gisberta com um certo distanciamento, isto é, de um modo em que parecem olvidar que antes de tudo o que a possa caracterizar, ela era um ser humano. Neste sentido, a forma de lhe fazer referencia deveria ser semelhante àquela que é utilizada para o comum cidadão, o que não se verifica, dado ser constante fazerem-lhe a referencia assente na sua identidade de género não cisgénero, ou seja, em vez de se referirem a ela como sendo somente a Gisberta (por ser este o seu nome, e ser o elemento base de referencia a qualquer ser humano), tornaram evidente um certo foco naquilo que a tornava um pouco diferente da maioria das pessoas (“foco na diferença”). Além desta constante e exacerbada referencia à sua transexualidade, observa-se uma marcada utilização de artigos indefinidos que são usualmente empregues a objetos ou pessoas das quais não se conhece a identidade, o que não era o caso de Gisberta, assim estamos perante uma “despersonalização da vítima”, que é deslocada do seu posto de pessoa singular para ser mais uma no meio da multidão.

Servem de exemplo os seguintes excertos:

“(...) **daquela** transexual brasileira (...)” (13 de Fevereiro de 2017| JN: “Decidi que Gisberta vai reviver a partir da arte”)

“(...) suspeitos de agredirem **uma** transexual do Porto (...)” (1 de julho de 2006| Publico: MP diz que jovens do Porto não consumaram a morte de Gisberta)

*“(...) não se encontrava naquele local, quando **o corpo da transexual** foi atirado ao poço.”*  
(12 de Julho de 2006| Publico: Médico pode voltar a ser ouvido para explicar lesões de Gisberta)

*“(...) na morte de **um transexual brasileiro** num prédio inacabado (...)”* (31 de Julho de 2006| CM: Sentença amanhã para 13 menores)

*“(...) 13 menores são acusados de terem agredido **um transexual de origem brasileira** (...)”*  
(1 de Agosto de 2006| Lusa: Sentença do caso Gisberta deverá ser conhecida hoje)

*“(...) os adolescentes envolvidos na morte de **um transexual** (...)”* (2 de Agosto de 2006| CM: Treze meses internados)

Para melhor ilustrar o tema “Parcialidade no discurso da imprensa”, apresenta-se na figura 3 o mapa deste tema.

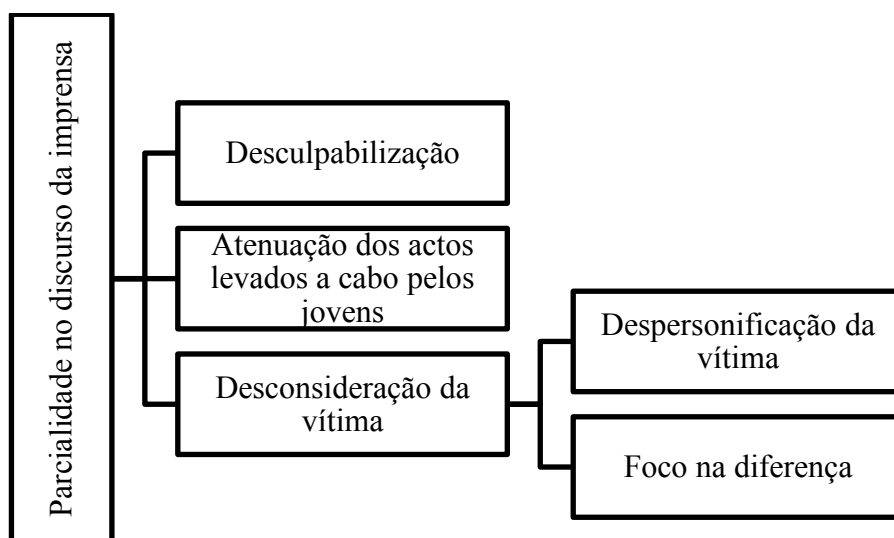


Figura 3 – Mapa do Tema “Parcialidade no discurso da imprensa”.



### 3.4. Transfobia

Este tema é constituído por dois códigos, sendo estes “Exclusão social da população trans\*” e “Sentimentos negativos face à transexualidade”.

O primeiro código a emergir foi “Exclusão social da população trans\*”, este remete para a população trans\* habitante em Portugal, na sociedade contemporânea, que vive num estado de exclusão social, onde as oportunidades são dispare, e o modo de tratamento passa por desinteresse face a esta realidade, quando não se traduz em comportamentos que visem o prejuízo da pessoa trans\*. De acordo com as manifestações livres de ódio e a discriminação direccionada à população trans\* por parte de algumas instituições (políticas e religiosas), juntamente com a inércia social face à transexualidade, levam a consequências graves para esta população, particularmente ao nível social (Associação ILGA Portugal, s.d.). Um dos fatores que contribui para a manutenção da marginalização da população trans\* é a inexistência de um sistema combate à exclusão (ILGA, s.d.).

No caso específico de Gisberta, esta morava num recanto desprovido de condições, e apesar de ser auxiliada por várias instituições de apoio social, o facto de ninguém se ter apercebido das agressões continuadas que lhe estavam a ser infligidas, é prova de que esta não estava devidamente integrada na sociedade, e que a sua rede de apoio era inepta (será abordado mais adiante).

Seguem-se alguns exemplos:

*“Gisberta Salce Júnior vivia em extrema exclusão social na cidade do Porto, quando foi torturada e violada, antes de ser atirada para um poço, do interior do qual foi retirada já morte.”* (7 de Junho de 2006| Publico: Transexuais manifestam-se amanhã em vários países para lembrar Gisberta)

O segundo código encontrado foi “Sentimentos negativos face à transexualidade”. É evidente que o facto de Gisberta ser transexual despertava uma panóplia de sentimentos negativos nos jovens, que se traduziram em comportamentos humilhatórios, como verificar o órgão sexual, e em comportamentos agressivos, quer físicos quer verbais. Se estes sentimentos não existissem (provavelmente assentes na visível falta de conhecimento sobre a transexualidade- a relação entre a falta de conhecimento sobre a transexualidade e a

transfobia será abordada mais adiante nesta dissertação) não se repercutiriam nos comportamentos.

Alguns exemplos ilustrativos são:

*“«Eles troçavam dela», por ser transexual. Queriam, aliás, ver se era «homem ou mulher»”* (8 de Fevereiro de 2008| Ruben-um dos arguidos- CM: Esqueceram quem matou Gisberta)

*“«O Vítor dizia que não gostava de travestis e combinava com os colegas ir bater na Gisberta»”* (15 de Fevereiro de 2008| André – um dos arguidos. CM: Combinava bater na Gisberta)

*“Deram-lhe murros e pontapés, atiraram-lhe pedras, bateram-lhe com paus, enquanto lhe chamavam «travesti», «paneleiro», «puta». E riam-se. Riram-se muito.”* (4 de Setembro de 2008| Publico: Ya, um dia fomos bater na Gisberta)

Para melhor ilustrar o tema “Transfobia”, apresenta-se na figura 4 o mapa deste tema.

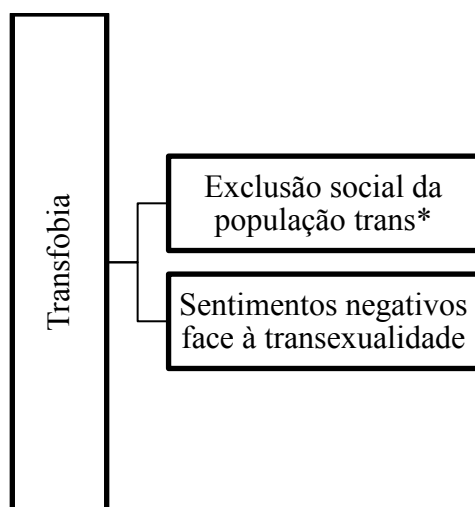


Figura 4 – Mapa do Tema “Transfobia”.

### 3.5. Um crime de ódio cometido por um grupo de jovens

Através da identificação de códigos, um outro tema que emergiu do conjunto dos dados foi definido como “Um crime de ódio cometido por um grupo de jovens”. O processo de definição deste tema pretendia analisar a forma como um grupo de 14 jovens levou acabo

um crime motivado pelo ódio, pela não compreensão e não aceitação de uma identidade de género não cisgénero. Assim como os contornos que envolveram o mesmo.

O presente tema é constituído por cinco códigos, a saber: “Incompreensão da transexualidade por parte dos jovens”, a “Vigilância do Género”, o “Desprezo pela vida humana”, a “Falta de arrependimento pelo crime” e a “Violência contra a vítima”.

O primeiro código a ser definido foi a “Incompreensão da transexualidade por parte dos jovens”. Através do discurso dos jovens envolvidos na morte de Gisberta, percebe-se a falta de conhecimento que estes tinham acerca da transexualidade, não conseguindo concebe-la de uma forma que a eles lhe parecesse lógica. Deste modo apresentam um discurso discriminatório que concebe a transexualidade com um cariz negativo e que se traduz numa curiosidade desmedida, que ultrapassa as barreiras do respeito pela dignidade humana, através de comportamentos desajustados. De acordo com Koehler (2013), comportamentos transfóbicos são sustentados por falta de conhecimento válido acerca da transexualidade, baseando todos as formas de discriminação em crenças e opiniões.

Podemos ver esta abordagem, seguida pelos jovens, nos exemplos seguintes:

*“um gajo que tinha mamas e parecido com uma mulher”* (2 de agosto de 2006 |CM: Treze meses internados; 2 de agosto de 2006 | Publico: Menores suspeitos de matarem Gisberta condenados a internamentos até 13 meses)

*“um deles queria baixar as calças a Gisberta para perceber se era homem ou mulher”* (2 de agosto de 2006 | Publico: Menores suspeitos de matarem Gisberta condenados a internamentos até 13 meses)

*“Vitor (...) incentivou mesmo os menores a baixarem as calças à transexual para ver se «era homem ou mulher».”* (15 de Dezembro de 2007 | CM: Viu bater em Gisberta)

*“Fernando (...) ter dito aos amigos que conhecia uma mulher que era homem”* (5 de Fevereiro de 2008 | CM: Crime sem culpados.)

O segundo código que emergiu do conjunto de dados foi a “Vigilância do género”, este código remete para o facto de os jovens infligirem agressões extremas a Gisberta, mesmo quando esta já se encontrava num estado quase moribundo. Este tipo de comportamento é típico dos/as *vigilantes do género* (Jauk, 2013).

Muitas vezes considerada transgressora das normas de género, a população trans\* é considerada merecedora de violência, por aqueles que se autoconsideram *vigilantes do género* (Jauk, 2013). Estes *vigilantes do género* têm para si, as fronteiras de género, definidas de uma forma muito rígida, e apercebendo-se que alguém não se encaixa nos padrões, que para eles são, inquestionavelmente, masculino e feminino, infligem práticas de violência (Bettcher, 2007; Witten & Eyler, 1999; Bornstein, 1994 cit in Jauk, 2013).

Alguns excertos ilustrativos da conduta dos jovens, são os seguintes:

*“Gisberta pediu ajuda antes de ser atirada ao poço- estava viva e os jovens sabiam-no.”* (1 de Julho de 2006| Publico: MP diz que jovens do Porto não consumaram a morte de Gisberta)

*“(...) os jovens tinham consciência de que Gisberta estava viva e que ouviram os seus pedidos de auxílio (...)”* (1 de Julho de 2006| Publico: MP diz que jovens do Porto não consumaram a morte de Gisberta)

*“(...) os jovens acordaram desfazer-se do corpo por recearem ser descobertos. (...) Depois disso recolheram todos os paus e restante material que os pudesse incriminar.”* (3 de Julho do 2006| TVI24: Transexual: 13 menores julgados)

*“Nos momentos finais, antes de atirada ao poço, ‘Gi’ ainda pediu um cigarro.”* (28 de Março de 2008| CM: Morte de Gisberta fica sem culpados)

*“«Mais ninguém podia bater», porque Gis «já estava muito mal». Mas foram desafiados a tornar a «dar carga».” (4 de Setembro de 2008|. Público: Ya, um dia fomos bater na Gisberta)*

O código emergente seguinte foi o “Desprezo pela vida humana”. Através da análise dos dados que levaram à criação deste código, denota-se que toda a barbárie a que Gisberta foi submetida, foi encarada pelos seus agressores como um modo de divertimento, uma brincadeira assente no sofrimento alheio, que nem a expressão de dor da vítima ou os seus pedidos de auxílio, os impediu de continuar as agressões.

Perante as consecutivas demonstrações de sofrimento de Gisberta, os jovens deram continuidade às agressões, e mesmo quando esta aparentava estar num estado moribundo, eles não as cessaram.

É também evidente a falta de empatia destes jovens. Assim, estamos perante um total desprezo pela vida de Gisberta. Este tipo de postura demonstra que os agressores concebiam a vítima como não humana, agindo com extrema crueldade.

A discriminação motivada pela identidade de género não normativa pode levar à desumanização da vítima, o que está diretamente relacionado com a tortura e maus tratos que lhe são infligidos (Organização dos Estados Americanos, 2015).

Seguem-se alguns exemplos:

*“O mesmo jovem começou por referir que assistia às agressões juntamente com Vítor, para mais adiante assegurar que o arguido se ria enquanto as agressões continuavam.” (15 de Dezembro de 2007| Magistrado do Ministério Público em CM: Viu bater em Gisberta)*

*“Onde se apurou que durou dois dias a agressão dos menores, que passou por vários atos violentos e sevícias sexuais à vítima indefesa. Gisberta estava viva e pedia ajuda, cerca de 48 horas depois do primeiro ato de violência, e, mesmo assim, os rapazes nunca terão*

*admitido pedir auxílio.*” (1 de Julho de 2006| Público: MP diz que jovens do Porto não consumaram a morte de Gisberta)

*“(...) garante que agiram com extrema crueldade e que se divertiram à custa do sofrimento alheio.”* (3 de Julho do 2006| TVI24: Transexual: 13 menores julgados)

*“(...) os jovens agiram com a intenção de se «divertirem» com o sofrimento alheio (...)”* (1 de Julho de 2006| Público: MP diz que jovens do Porto não consumaram a morte de Gisberta)

*“Os menores convenceram-se que estaria à beira da morte, mas mesmo assim não recuaram nas agressões (...)”* (3 de Julho do 2006| TVI24: Transexual: 13 menores julgados)

*“(...) apesar da sua crescente debilidade, em resultado das agressões, os jovens continuaram a agredi-lo, ignorando sempre os seus pedidos de auxílio.”* (3 de Julho do 2006| TVI24: Transexual: 13 menores julgados)

*“(...) a vítima pediu-lhes ajuda e implorou-lhes que a levassem ao hospital.”* (5 de julho de 2006| Público: Tribunal insiste em perceber motivações dos jovens que mataram Gisberta)

*“Explicam a agressão a Gisberta como uma brincadeira (...)”* (6 de Julho de 2006| Público: Menor envolvido no caso Gisberta pede para não falar)

*“(...) espancada e lançada com vida a um poço com mais de 15 metros de profundidade (...)”* (12 de Julho de 2006| Público: Médico pode voltar a ser ouvido para explicar lesões de Gisberta)

*“Rapazes afirmam que agrediram transexual para passar o tempo (...)”* (18 de Julho de 2006| Público: Menores suspeitos de terem matado Gisberta precisavam de educação complementar)

*“(...) explicaram que agredir Gisberta era um «passatempo», uma «brincadeira» frequente.”* (18 de Julho de 2006| Público: Menores suspeitos de terem matado Gisberta precisavam de educação complementar)

*“Menores dizem que agrediram por divertimento (...)”* (25 de Julho de 2006| Público: Procurador abdica de homicídio tentado no caso Gisberta)

*“Dois anos depois, Rúben agilizou a memória e contou ao coletivo de juízes que Gisberta «gemia no chão» após as várias agressões ao pontapé e com pedras e paus.”* (8 de Fevereiro de 2008| CM: Esqueceram quem matou Gisberta)

*“Queria divertir-se à custa do sofrimento alheio (...)”* (15 de Dezembro de 2007| magistrado do Ministério Público em CM: Viu bater em Gisberta)

*“(...) rapazes das Oficinas de São José que se divertiam a humilhá-la (...)”* (15 de Dezembro de 2007| magistrado do Ministério Público em CM: Viu bater em Gisberta)

Dos dados surgiu mais um código, a “Falta de arrependimento pelo crime”. Este código foca-se na postura de desresponsabilização que os jovens assumem perante a morte de Gisberta. Para além desta desresponsabilização, o seu discurso e atitudes demonstram que estes não se sentem culpados pelo que aconteceu, assim como, parece ocorrer uma banalização das injúrias infligidas a Gisberta por parte dos jovens.

A leviandade com que o assunto é abordado pelos agressores, acaba por demonstrar que estes desvalorizam os seus próprios atos, não lhes conferindo a gravidade que estes têm.

Mais uma vez, estes jovens parecem assumir a postura de *vigilantes do género* (Jauk, 2013), e como tal entenderam que era seu dever punir Gisberta, por esta não se enquadrar nos padrões protelados pela sociedade. A comissão interamericana de direitos humanos (2015) alerta para o facto de muitos dos crimes transfóbicos (e homofóbicos) serem entendidos pelos seus perpetradores como uma “limpeza social”. Neste seguimento, podemos inferir, que perante a ocorrência destes crimes, os agressores entendem-nos como justificáveis, e consequentemente não se sentem culpados.

Também a forma como entraram e saíram da sala de audiências e o modo discursivo assumido nos seus relatos, são evidencia, tanto da banalização como desresponsabilização pela sua conduta, e consequentemente, da sua falta de arrependimento pelo crime. Seguem-se alguns exemplos:

*“Ruben, um dos jovens que já cumpriu pena de um ano em regime semiaberto, por envolvimento na morte de Gisberta, escreveu a Vítor dando-lhe força. Garantiu que acreditava que seriam todos ilibados e que nada lhe aconteceria. «Vamos livrar-nos desta m... pá!», afirmou, numa carta onde não há o mais pequeno sinal de arrependimento.”* (5 de Fevereiro de 2008| CM: Crime sem culpados)

*“Ontem, vários jovens relataram friamente terem atirado pedras e agredido «Gi» com paus.”* (8 de Fevereiro de 2008| CM: Esqueceram quem matou Gisberta)

*“D.: - O que falou com a professora disse quem ele conhecia. Quem ele não conhecia ele não disse. Os que fizeram pior estão lá fora na boa - torna D.*

*Publico: - E porque não os indicaste?*

*D.: - A gente não disse porque a gente não somos [sic] chibos. Se nos chibaram a nós, não vamos chibar os outros.*

*Publico: - Como reagiram com esse rapaz?*



*D: - Sabíamos que tinha chibado. Quase todos mandaram bocas. Até havia um que lhe queria bater. Outro disse que lhe vão fazer a folha. Ainda diz.”* (4 de Setembro de 2008| Público: Ya, um dia fomos bater na Gisberta)

*“Os jovens, que tinham entrado bem-dispostos na sala de audiências (...)”* (2 de Agosto de 2006| CM: Treze meses internados)

*“À saída do Tribunal de Menores (...) fizeram gestos obscenos aos populares e jornalistas (...)”* (2 de Agosto de 2006| CM: Treze meses internados)

*“-E um dia foram bater na Gisberta?”*

*D.: “-Ya.”*

(4 de Setembro de 2008| Público: Ya, um dia fomos bater na Gisberta)

Um último código que surgiu dentro deste tema foi a “Violência contra a vítima”. As interações entre o grupo de jovens e Gisberta pautaram por um conjunto de agressões unilaterais, dos jovens para com Gisberta. Estas injúrias foram diversificadas, desde agressões físicas à violência psicológica, passando pela violação e destruição dos seus pertences. Através das suas ações procuraram vilipendiar Gisberta enquanto pessoa, uma vez que o destrato atingiu níveis sub-humanos.

Em muitos casos de transfobia, as vítimas são assassinadas após serem expostas a torturas hediondas e contínuas, tratamentos desumanos e as mais diversas formas de humilhação e violação (Organização dos Estados Americanos, 2015).

Seguem-se alguns exemplos:

*“As agressões terão começado no início deste ano, primeiro a murro e pontapé, mais tarde também com paus e pedras.”* (3 de Julho do 2006| TVI24: Transexual: 13 menores julgados)

*“(…) foi violentamente espancada, tendo o seu corpo sido encontrado num fosso com cerca de dez metros de profundidade, no piso subterrâneo de um parque de estacionamento no Porto.”* (16 de Junho de 2006| Publico: Parlamento Europeu pede punição para caso Gisberta)

*“Um deles queria baixar as calças à transexual «para perceber se era homem ou mulher»”* (7 de Fevereiro de 2008| Publico: Jovem acusado de agredir Gisberta arrisca prisão)

*“Agrediram-na ao muro e ao pontapé, com paus e pedras.”* (7 de Fevereiro de 2008| Publico: Jovem acusado de agredir Gisberta arrisca prisão)

*“«Fui eu que atirei uma pedra ao sobrolho e ela caiu», disse Alberto, agora com 15 anos. De seguida, David contou que rasteirou a transexual e atirou-lhe com um barrote de quase dois metros.”* (8 de Fevereiro de 2008| CM: Esqueceram quem matou Gisberta)

Para melhor ilustrar o tema “Um crime de ódio cometido por um grupo de jovens”, apresenta-se na figura 5 o mapa deste tema.

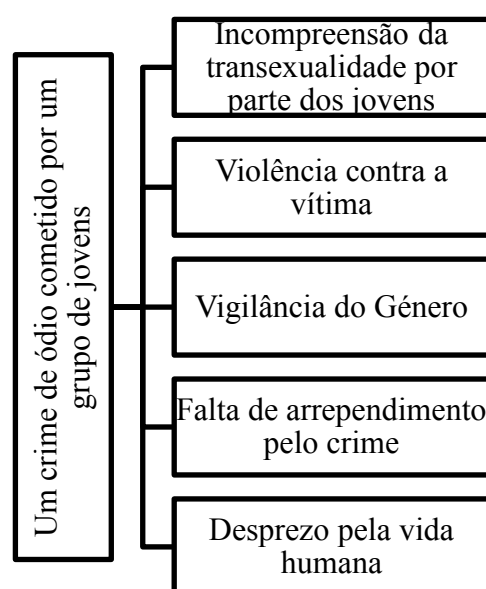


Figura 5 – Mapa do Tema “Um crime de ódio cometido por um grupo de jovens”.

### 3.6. Gisberta, a face da discriminação

Por último, foi identificado o tema “Gisberta, a face da discriminação” do qual fazem parte o código “Interseccionalidade das discriminações” e o subtema “Vulnerabilidade da vítima”, cujos códigos constituintes são “Estado de saúde crítico”, “Inevitabilidade do desfecho”, “Falta de rede de suporte” e “Situação socioeconómica desfavorável”.

Através do código “Interseccionalidade da descriminação” pode perceber-se a multiplicidade de descriminações a que Gisberta estava sujeita. Eram vários os papéis que desempenhava alvo de descriminação, desde ser transexual, moradora de rua, trabalhadora do sexo, imigrante brasileira, toxicodependente e seropositiva.

No seio da comunidade LGBT, são os indivíduos trans\* que mais sofrem com o preconceito e discriminação, quer seja no ambiente familiar ou social, o que se repercute em várias esferas da vida do indivíduo, nas quais prevalece a dificuldade de aceitação e de empregabilidade (Silva et al., 2016). Deste modo, a discriminação expõe os indivíduos trans\* a uma maior instabilidade económica. Um percurso escolar, na maioria das vezes, marcado pelo *bullying* que atua como um redefinidor do espaço em que as pessoas trans\* vivem, tornando-o marcadamente discriminatório e hostil (Silva et al. 2016), o que os impele a desistir da escola, implicando a obtenção de um menor grau de formação académica o que, consequentemente, os limita no momento de procurar emprego (Ramalho, Silva & Santos, 2015). Além disto, as entidades patronais, por vezes, têm elas mesmas, preconceitos em relação à população trans\*, impedindo-os de aceder ao emprego desejado (Ramalho, Silva & Santos, 2015). Este conjunto de circunstâncias, impele a população trans\* a procurar outras alternativas, como é o caso do trabalho sexual (Ramalho, Silva & Santos, 2015). No entanto, esta profissão é, também ela, estigmatizada. Segundo Alvarez e Rodrigues (2001) o estigma relacionado com a prostituição prende-se com a ideia de que as/os prostitutas/os põem em causa os valores da sociedade e da família tradicional, e por esse motivo, estas devem ser marginalizadas, colocadas num espaço em que não constituam esse “perigo”. Além desta segregação, as/os profissionais do sexo, exercem serviço num espaço privilegiadamente repleto de agressão (Silva et al., 2016).

Gisberta era também moradora de rua. De acordo com Oliveira e Nogueira (2010), os jovens LGBT de estatuto socioeconómico baixo e moradores de rua estão mais expostos a

problemas de saúde, mais sujeitos a sofrerem de violência a vários níveis e mais suscetíveis de recorrerem ao trabalho sexual comparativamente àqueles que vivem em famílias ou de estratos sociais mais elevados. É ainda, de reforçar que o estatuto socioeconómico está em acentuadamente relacionado com o tipo de emprego que o indivíduo tem (Oliveira & Nogueira, 2010). Segundo Silva e colaboradores (2016), a rua é o espaço onde a violência ocorre mais frequentemente, estando os moradores de rua mais vulneráveis a sofrerem-na. Machado (2012), numa revisão da literatura, percebeu que o quotidiano das mulheres sem-abrigo é repleto de maus-tratos que acarretam implicações psicológicas da vitimização, podendo influenciar a permanência da condição de sem-abrigo, além de estarem mais suscetíveis de sofrerem abuso físico e sexual.

Uma outra pertença identitária que estava exposta ao preconceito, é o facto de Gisberta ser imigrante brasileira. Um estudo realizado em Portugal (Lages, Policarpo, Marques, Matos & António, 2006) revelou que os portugueses não assumem uma atitude discriminatória muito evidente, sendo marcada por comportamentos e atitudes mais sublimadas, dado acreditarem que ser-se português é superior ao estatuto de imigrante. De modo geral, todos os imigrantes são discriminados negativamente, quando comparados com os pares portugueses (Lages et al., 2006).

Uma associação que é comumente feita, é a de ser imigrante brasileiro e trabalhador do sexo, sendo-lhe atribuído um cariz negativo (no estudo foi referido como sendo um comportamento criminoso) (Lages et al., 2006).

Ao HIV/Sida estão associados o estigma e o preconceito, que se manifesta na discriminação social (Oliveira, 2011). O HIV é recorrentemente associado ao que são considerados comportamentos sexuais promíscuos (Oliveira, 2011). De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o preconceito contra as pessoas seropositivas aumenta significativamente o isolamento social (Kawagoe, Chaves, Fonseca, Filipini, Blake, Camillo, 2012). Também são observáveis perdas e dificuldades a nível financeiro e pessoal (Kawagoe et al., 2012). No caso de Gisberta, o facto de ser seropositiva desviou-a da sua profissão (trabalhadora do sexo), e consequentemente, diminuiu o seu poder financeiro, culminando na sua condição de moradora de rua.

Para além de ser transexual, moradora de rua, trabalhadora do sexo, imigrante brasileira e seropositiva era ainda toxicodependente, mais uma pertença identitária que acarreta discriminação. Muitas vezes, os indivíduos toxicodependentes são alvo de desconfiança e descrédito (Rebelo, 2007). Mesmo dentro deste grupo, observa-se um maior preconceito em relação às mulheres quando comparadas aos homens (Rebelo, 2007).

Pertencer a uma minoria quando já se faz parte de outras minorias coloca ainda mais desafios à vivência em determinada sociedade (European Union Agency for Fundamental Rights, 2009). Ao ter mais de uma característica “minoritária” pode expor os indivíduos a um maior risco de ser sujeito a discriminação (European Union Agency for Fundamental Rights, 2009).

O estatuto de minoria múltipla das pessoas LGBT expressa-se de maneiras diferentes e gera desafios complexos (European Union Agency for Fundamental Rights, 2009). Outro problema que surge do facto de se integrar múltiplas minorias é um risco aumentado de crimes de ódio motivado pelos diversos elementos diferenciadores (European Union Agency for Fundamental Rights, 2009).

Seguem alguns exemplos das múltiplas pertenças identitárias de Gisberta que acarretam discriminação:

*“Gisberta, transexual, imigrante brasileira, prostituta e seropositiva (...)”* (21 de Fevereiro de 2016| Observador: Gisberta, 10 anos depois: a diva transexual que acabou no fundo do poço)

*“Gisberta foi apontada como símbolo de discriminação múltipla: imigrante, prostituta, sem-abrigo, seropositiva e transexual.”* (21 de Fevereiro de 2016| Observador: Gisberta, 10 anos depois: a diva transexual que acabou no fundo do poço)

*“Além da pobreza e do racismo, o crime de que foi vítima foi demonstrativo da cultura de ódio contra as pessoas transexuais.”* (23 de Fevereiro de 2016| JN: Gisberta)

*“Gisberto Júnior, um brasileiro sem-abrigo e doente em fase terminal (...)”* (14 de Abril de 2008| Visão: Jovem condenado a oito meses de prisão)

*“Esta mulher era um jackpot da discriminação. Era transexual, sem-abrigo, prostituta, doente de sida e estrangeira.”* (28 de Março de 2008| António Serzedelo| Correio da Manhã: Morte de Gisberta fica sem culpados)

*“Gisberta era transexual, sem-abrigo, toxicodependente, imigrante, prostituta, seropositiva e tuberculosa.”* (10 de Junho de 2006| Público: Documentário sobre Gisberta exibido no Porto)

Do conjunto de dados surgiu ainda o subtema a “Vulnerabilidade da vítima”, este procura elucidar as condições de vida de Gisberta que a expunham ao perigo. O seu “Estado de saúde crítico” contribui para uma debilidade física que a impediu de se poder defender das agressões que lhe foram infligidas, assim como, agravou as consequências das mesmas. Além disso, o facto de se encontrar numa “Situação socioeconómica desfavorável”, impedia-a de mudar as suas condições de habitação, um dos muitos fatores que contribuía para a sua fragilidade.

É ainda importante referir, que Gisberta não possuía uma rede de suporte sólida (“Falta de rede de suporte”), a quem pudesse recorrer em momentos de necessidade. A sua família residia no Brasil e a sua relação não era muito próxima.

Em Portugal, além, da dificuldade de integração da população trans\* na sociedade, o facto de a sua carreira ter vindo a decair e, a consequente, perda do seu poder económico, assim como, a sua deterioração física consequência do consumo de drogas e doenças que se vinham acumulando, fez com que ela se afastasse dos amigos que até então a acompanhavam.

A visível e incontornável fragilidade da vítima, juntamente, com a continuada e persistente agressão de que foi alvo, culminaram na “Inevitabilidade do desfecho”, uma vez que seria impossível para Gisberta sobreviver a uma queda de 15 metros em primeira instância, e

conseguir nadar (isto de esta o soubesse fazer), no estado de debilidade em que se encontrava e que foi causado pelas ações dos jovens. Ainda se não estivesse tão frágil, a questão mantém-se, seria ela capaz de sobreviver à queda?

Seguem-se alguns exemplos ilustrativos do acima mencionado:

*“Gisberta uma sem-abrigo que vivia em condições sub-humanas, pernoitando numa garagem abandonada no centro da cidade.”* (15 de Dezembro de 2007| magistrado do Ministério Público em CM: Viu bater em Gisberta)

*“(…) um brasileiro sem-abrigo e doente em fase terminal (…)”* (27 de Março de 2008| Lusa: Caso Gisberta: Ministério Público pede que jovem arguido seja castigado apoiando sem-abrigo)

*“(…) doente em fase terminal (…)”* (14 de Abril de 2008| Visão: Jovem condenado a oito meses de prisão)

*“Tinha sida em estado terminal e tuberculose (…)”* (7 de Fevereiro de 2008| Publico: Jovem acusado de agredir Gisberta arrisca prisão)

*“A autópsia confirmou lesões na cabeça, pescoço, membros inferiores e superiores, laringe e traqueia, abdómen, intestinos e rins; múltiplas equimoses, infiltrações hemorrágicas, escoriações e infiltrações sanguíneas.”* (21 de Fevereiro de 2016| Observador: Gisberta, 10 anos depois: a diva transexual que acabou no fundo do poço)

*“Moribunda e com várias lesões, foi sucumbindo às feridas e investidas dos jovens que a gozavam, até que, segundo a autópsia, morreu por afogamento após ser lançada a um poço.”* (8 de Fevereiro de 2008| CM: Esqueceram quem matou Gisberta)

*“(…) as lesões sofridas pela vítima eram de tal forma graves que seria impossível salvar-se.”* (8 de Julho de 2006| Público: Médico diz que Gisberta não conseguia fugir do poço)

Para melhor ilustrar o tema “Gisberta, a face da discriminação”, apresenta-se na figura 6 o mapa deste tema.

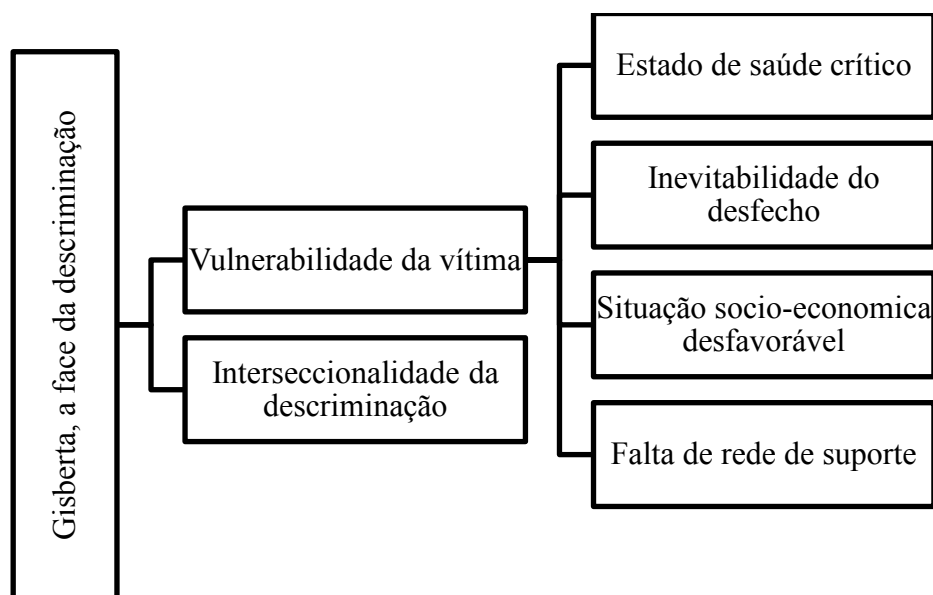


Figura 6 – Mapa do Tema “Gisberta, a face da discriminação”.

### 3.7. Enviesamentos mediáticos portugueses sobre Gisberta

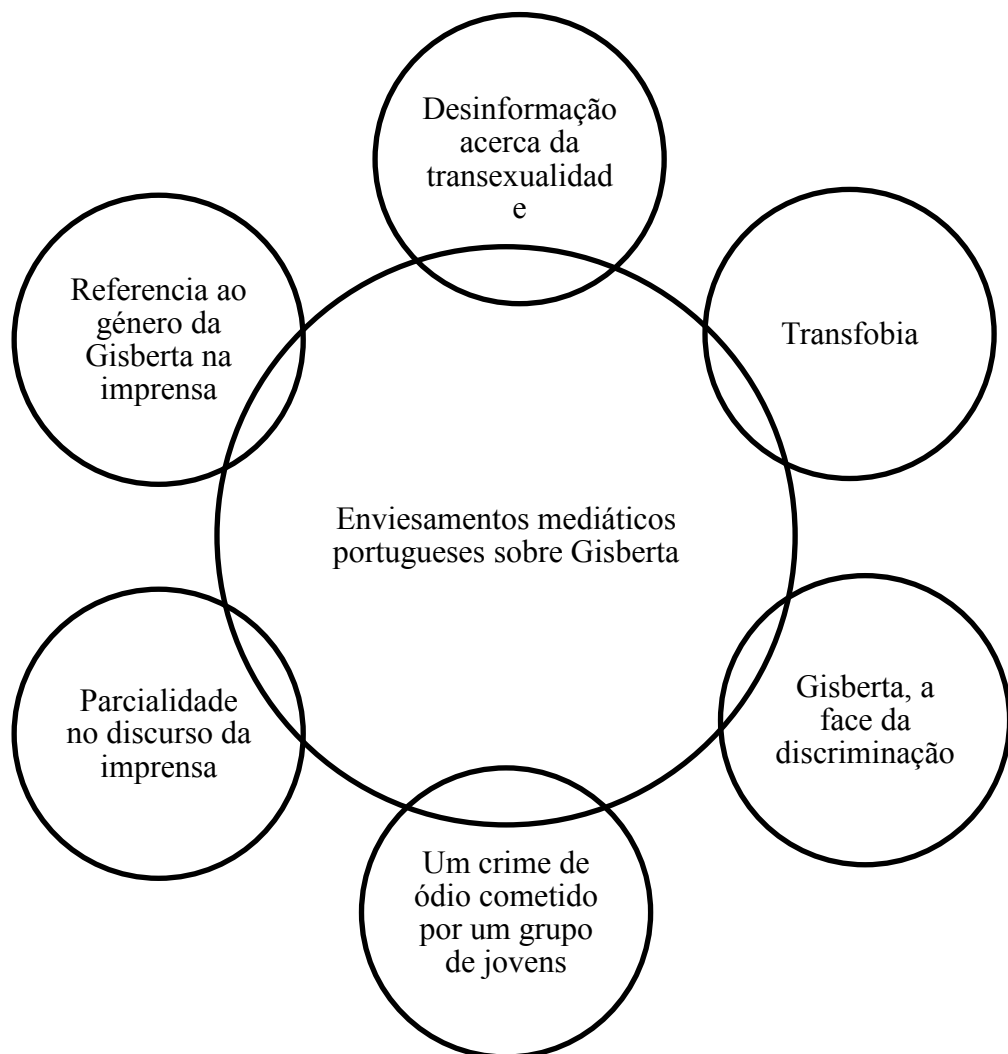
Após a identificação dos temas e ao longo do processo analítico emergiu um organizador central “Enviesamentos mediáticos portugueses sobre Gisberta” que permite esquematizar e orientar toda a análise. O mapa temático da análise (Figura 7) apresenta os vários temas que surgiram assim como o organizador central. Optou-se por colocar apenas os temas, uma vez que cada um destes temas está explorado ao longo da apresentação e discussão de resultados, onde são apresentados os códigos e subtemas que constituem cada um dos temas.

Ao longo do processo analítico, da construção de códigos e identificação de temas, foi-se tornando perceptível aquilo que a análise evidenciava, a materialização da transfobia e dos crimes de ódio numa pessoa, de seu nome Gisberta. Deste modo, torna-se evidente como a transfobia está presente em vários meios, assente na falta de conhecimentos válidos acerca



da transexualidade, e disseminada pela imprensa. É esta desinformação acerca da transexualidade que leva à criação e manutenção de crenças desajustadas sobre a população trans\*, motivando os crimes de ódio.

Gisberta para além de ser transexual, era imigrante, seropositiva, toxicodependente, trabalhadora do sexo e moradora de rua, concentrando em si múltiplas discriminações, provenientes das suas pertenças identitárias, tendo sido o caso mais grave de transfobia, praticado em Portugal. Devido às suas pertenças identitárias, apresentava uma grande fragilidade, o que, conseqüentemente, a tornava suscetível de sofrer crimes de ódio, o que se verificou. O grupo dos 14 jovens infligiram a Gisberta várias agressões que culminaram na sua morte, motivados por razões de índole transfóbica.



*Figura 7 – Mapa do Temático da análise.*

#### 4. Conclusões

Este trabalho pretende refletir acerca de uma de muitas vivências e realidades da população trans\*. Nunca foi um dos objetivos, fazer generalizações a partir do caso da Gisberta, dado cada caso estar repleto de especificidades e estas não serem generalizáveis. Tendo esta premissa por base, optou-se por uma visão interseccional do caso, por esta ser a ótica que melhor traduz esta(s) realidade(s), assim como, um posicionamento ontológico construcionista social, uma vez que a verdade nunca é absoluta nem estática, moldando-se ao longo do tempo por meio da ação humana. Os factos aqui relatados e analisados, assim como as conclusões apresentadas, estão circunscritos num determinado tempo e espaço.

Neste seguimento, procurou-se dar respostas às seguintes questões de investigação: Como se posiciona o discurso da imprensa face à transexualidade?; Como é feita a referencia de género pela imprensa?; Os jovens que assassinaram Gisberta fizeram-no motivados pelo ódio?; O facto de Gisberta ser trans\* era o seu único fator de fragilidade?

Relativamente ao discurso da imprensa observou-se uma certa parcialidade no mesmo, sendo que, tendencialmente, este procurava desvalorizar o papel dos jovens na morte de Gisberta, sendo evidente a busca de uma justificação que fosse socialmente interpretada como menos repulsiva, e, desta forma tentaram imputar os seus atos, exclusivamente, às condições socioeconómicas e ao papel do grupo.

Parece ocorrer aqui uma certa proteção dos assassinos em detrimento da vítima. Além de uma tentativa de justificação dos atos dos jovens, a imprensa direciona a causa da morte para o afogamento, olvidando-se de mencionar que este foi uma consequência direta das ações dos mesmos. É também observável que fazem uma referencia a Gisberta imbuída de um certo distanciamento, onde focam a diferença com base na sua identidade de género não cisgénero.

Um outro aspeto que, também, foi evidenciado é o facto de a imprensa não estar devidamente informada acerca da transexualidade, concebendo-a como uma escolha deliberada e não como um processo de identificação, em que o individuo não se sente em conformidade com as categorias de género socialmente construídas e que nos são infligidas aquando do

nascimento. Além desta concepção errónea, verificou-se confusão com orientação sexual e transformismo.

Neste seguimento, percebemos que a imprensa, através do seu discurso, recusa Gisberta como sendo uma mulher, sendo que muitas vezes o seu nome foi apresentado como sendo uma alcunha.

Relativamente à referencia de género, esta é feita tanto no masculino como no feminino, e muitas vezes, uma mescla de ambos, demonstrando inconsistência na referencia de género. Nas notícias emitidas entre 2006 e 2008, observa-se uma maior referencia no masculino, em comparação com as notícias que saíram depois dessa data. Este aspeto, vem corroborar o tanto o desconhecimento acerca da transexualidade como a não aceitação de Gisberta como mulher. De acordo com Koheler (2013), a violência contra a população LGBT está assente na falta de conhecimento e ideias erróneas em relação à orientação sexual não heteronormativa e identidade de género não cisgénero. Deste modo, ao veicular-se este tipo de discurso (e posicionamento) estão a manter-se as ideias erradas que há em relação à transexualidade, e consequentemente, a alimentar-se atitudes transfóbicas. A imprensa que tem um dever informativo para com a população em geral, não está a cumprir corretamente o seu papel.

No que diz respeito aos motivos pelos quais os jovens atacaram Gisberta, tornou-se evidente a existência de sentimentos negativos face à transexualidade, assentes na sua falta de conhecimentos, e que foram estes a estar na base das agressões físicas e psicológicas infligidas. Este conjunto de comportamentos refletem a transfobia.

O crime foi marcado por uma brutalidade extrema, sendo encarada pelos agressores como um modo de divertimento, uma brincadeira assente no sofrimento alheio. Além disto, o seu comportamento tem uma premissa comum aos crimes de ódio baseados no género, que é o facto de se sentirem *vigilantes do género* (Jauk, 2013) e consequentemente a concepção da vítima como não humana que está diretamente relacionada com tortura e maus-tratos (Organização dos Estados Americanos, 2015). Estes jovens começaram a procurar Gisberta, no momento em que se defrontaram com a sua transexualidade, sendo que muitas das agressões se prenderam diretamente com este facto (as agressões verbais, a violação e o

interesse pelos seus órgãos sexuais). Estes elementos quando conjugados com a falta de arrependimento pelo crime, tornam evidente que o crime foi motivado pelo ódio.

Por último, abordaremos os fatores de fragilidade de Gisberta. Apesar do seu assassinato, ter sido motivado pelo ódio dirigido à população trans\*, a sua identidade de género não era o seu único fator de vulnerabilidade. Gisberta era, também, imigrante brasileira, seropositiva, trabalhadora do sexo, moradora de rua e toxicodependente, sendo estes grupos sociais estigmatizados e alvos de discriminação. De acordo com a teoria da interseccionalidade as várias opressões dão origem a uma experiência de discriminação mais intensa e particular, e por esse motivo intransmissível e incomparável (Coll-Planas, 2012; Nogueira 2013).

As múltiplas pertenças sociais sujeitas à discriminação a que Gisberta estava exposta, encontravam-se interrelacionadas, e culminando em violência, preconceito e discriminação. Todas as suas pertenças identitárias estavam emaranhadas numa teia de exclusão.

#### **4.1. Dificuldades e limitações**

Ao longo deste trabalho foram algumas as dificuldades sentidas, como é o caso, de não se saber ao certo qual a posição dos jornalistas face à transexualidade. É evidente a sua falta de conhecimentos sobre o tema, o que não é tão claro é se o facto de usarem terminologia desadequada se deve única e exclusivamente a essa falta de conhecimento ou se é motivada por convicções transfóbicas.

Uma outra dificuldade sentida, prende-se com a minha inexperiência de trabalho com a análise temática. Penso que um investigador mais experiente teria feito uma análise mais detalhada e fluída. Em termos práticos, no que diz respeito à metodologia de análise de dados, por vezes, foi difícil agrupar os códigos em temas, uma vez que estudando-se um fenómeno tão complexo como a transfobia, há inúmeros aspetos que são comuns aos vários temas que surgiram dos dados.

Do ponto de vista teórico, foi difícil encontrar dados específicos para a população trans\*, sendo a maioria relativos à população LGBT. Além disso, carecem estudos que se estendam na análise da relação entre a transexualidade e o trabalho sexual, seropositividade, moradores de rua, toxicodependência e outras pertenças identitárias que têm discriminação associada.

Neste seguimento, a minha proposta para estudos futuros passa por uma abordagem interseccional às diversas pertenças identitárias da população trans\*, como as habilitações literárias, condições de habitação, estatuto socioeconómico, etnia, profissão, entre outras.

## Referencias Bibliográficas

- Alvarez, G. & Rodrigues, M. (2001). Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de saúde (HIV/Aids). *Revista de Ciências Sociais*, 32(1/2), 53-68.
- Arán, M., Zaidhaft, S., & Murta, D. (2008). Transexualidade: Corpo, subjetividade e Saúde Coletiva. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 70-79. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a08v20n1.pdf>
- Associação ILGA Portugal. (s.d.). *Transexualidade*. Retirado de: <http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/Transexualidade-ILGA-Portugal-net.pdf>
- Baldaia, B. (15 de Março de 2016). Transexuais. Bloco quer simplificar alteração de identidade. Obtido em 10 de Maio de 2016, de TSF, (2016). Transexuais. Bloco quer simplificar alteração de identidade. Disponível em: <http://www.tsf.pt/sociedade/interior/transexuais-bloco-quer-simplificar-alteracao-de-identidade-5079211.html>.
- Beauvoir, S., (2009). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira
- Benjamin, H. (1966). *The Transsexual Phenomenon*. Retirado de: <http://www.mut23.de/texte/Harry%20Benjamin%20-%20The%20Transsexual%20Phenomenon.pdf>
- Bettcher, T. M. (2007). Evil deceivers and make-believers: On transphobic violence and the politics of illusion. *Hypatia*, 22(3), 43–65.
- Bocking, O., (2014) Transgender Identity Development. In Tolman, D.L. et al, *Handbook of Sexuality and Psychology: Vol. 1. Person-Based Approaches* (pp.739-758), American Psychological Association.
- Bonassi, B. C., Amaral, M. S., Toneli, M. F., & de Queiroz, M. A. (2015). Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quaderns Of Psicologia*, 17(3), 83-98. doi:10.5565/rev/qpsicologia.1283

- Bornstein, K. (1994). *Gender outlaw: On men, women, and the rest of us*. New York, NY: Routledge
- Bourdieu, P. (2001). *Masculine domination*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Butler, J. (1999). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York, NY: Routledge.
- Carneiro, N. S. (2006). *Ser, Pertencer e Participar: Construção da Identidade Homossexual, Redes de Apoio e Participação Comunitária*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Chasin, A.(2000) *Selling Out: the gay & lesbian movement goes to market*. New York: St. Martin's Press
- Coll-Planas, G. (2012). "El circo de los horrores". Una mirada interseccional a las realidades de lesbianas, gays, intersex y trans. In R. L. Platero (Ed.). *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporâneos*. (pp. 255-276). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- European Union Agency for Fundamental Rights (2006). *Homophobia and Discrimination on Grounds of Sexual Orientation and Gender Identity in the EU Member States: Part II - The Social Situation*. Retirado de: <http://fra.europa.eu/en/publication/2011/homophobia-and-discrimination-grounds-sexual-orientation-and-gender-identity-eu>
- Fassinger, R. E., & Arseneau, J. R. (2007). 'I'd Rather Get Wet Than Be Under That Umbrella': Differentiating the Experiences and Identities of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender People. In K. J. Bieschke, R. M. Perez, K. A. DeBord, K. J. Bieschke, R. M. Perez, K. A. DeBord (Eds.) , *Handbook of counseling and psychotherapy with lesbian, gay, bisexual, and transgender clients* (pp. 19-49). Washington, DC, US: American Psychological Association. doi:10.1037/11482-001
- Ferreira, G. G. (2014). A prisão sobre o corpo trans: género e significados sociais. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 108-123). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Fischer, G., (1996). *Os Conceitos Fundamentais da Psicologia Social*, Lisboa: Instituto Piaget

- Fontanella, B. & Junior, R.(2012). Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas.*Psicologia em Estudo*, 17(1). 63-71.
- Gomes, A. (2014). Bullying Transfóbico: Experiências De Discriminação E Violência De Pessoas Trans Em Contexto Escolar (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.
- Haas, A., Eliason, M., Mays, V., Mathy, R., Cochran, S., D'augelli, A., ... & Clayton, P. (2001). Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bisexual, and transgender populations in review and recommendations. *Journal of Homosexuality*, 58, 10–51.
- Jauk, D., (2013). Invisible Lives, Silenced violence: Transphobicgender Violence In Globalperspective. In *Gendered Perspectives on Conflict and Violence: Part AAdvances in Gender Research*. 18A, 111–136
- Jesus, J. (2012). *ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Retirado de: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%A8NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>
- Kawage, J., Chaves, L., Fonseca, F., Filipini, R., Blake, M. & Camillo, S. (2012). As dificuldades de adaptação do convívio social de pacientes portadores de hiv/aids. *Journal of Human Growth and Development*, 22(1), 1-7.
- Koehler, S. (2013). HOMOFOBIA, CULTURA E VIOLÊNCIAS: A DESINFORMAÇÃO SOCIAL. *Interações*, 9(26), 129-151.
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P. & António, J. (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa imagens recíprocas: análise de duas sondagens*. Lisboa: António Coelho Dias, S.A.
- Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro (2013) procede à 29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. Diário da República, 1.ª série, N.º 37. Retirado de: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/02/03700/0109601098.pdf>



- Lei n.º 28/2015 de 14 de abril (2015). Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à oitava alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro. Diário da República, 1.ª série, N.º 72. Retirado de: <https://dre.pt/application/file/66970828>
- Lei nº 7/2011 de 15 de março (2011). Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à décima sétima alteração ao Código do Registo Civil. Lisboa: Diário da Republica, 1ª série – Nº 52, pp. 1450-1451. Retirado de: <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/05200/0145001451.pdf>
- Lev, A. (s.d.). *Transgender Emergence: Understanding Diverse Gender Identities and Expressions*. Retirado de: [http://www.choicesconsulting.com/assets/pro\\_writing/transgender%5B1%5D.pdf](http://www.choicesconsulting.com/assets/pro_writing/transgender%5B1%5D.pdf)
- Machado, A. (2012). Trajectórias de exclusão social em mulheres sem-abrigo: um estudo de caso (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica do Porto.
- McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800
- Nash, J. C. (2008). Re-thinking intersectionality. *Feminist review*, 89, 1-15.
- Nemoto, T., Boˆdoker, B., & Iwamoto, M., (2011). Social Support, Exposure to Violence and Transphobia, and Correlates of Depression Among Male-to-Female Transgender Women With a History of Sex Work. *American Journal of Public Health*. 101 (10), 1980-1988.
- Nogueira, C. (2013). A Teoria da Interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. Brizola, A. Zanella, & M. Gesser (Eds.), *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos* (pp.227-248). Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, 2013
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Introdução: Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 9-17). Lisboa: CIG.

- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Introdução: Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 9-17). Lisboa: CIG.
- Oliveira, A., (2011). *Andar na vida – Prostituição de rua e Reacção social*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, T. (2011). *Aids e discriminação: violação dos direitos humanos*. Retirado de: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15775-15776-1-PB.pdf>
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS: Comissão Interamericana de direitos humanos. (2015). *Violencia contra personas LGBTI*. Retirado de: <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPersonasLGBTI.pdf>
- Perry, B., & Dyck, R., (2014). “I Don’t Know Where it is Safe”: Trans Women’s Experiences of Violence. *Critical Criminology- Springer*. 22, 49-63. DOI 10.1007/s10612-013-9225-0
- Pinto, N., & Moleiro, C. (2012). As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *PSICOLOGIA*. XXVI (1). 129-151.
- Platero, R. L. (2012). Introducción. La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidad. In R. L. Platero (Ed.), *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporâneos* (pp. 15-72). Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Platero, R. L. (2014). *Trans\*sexualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Editorial Bellaterra.
- Prunas, A., Clerici, C., Gentile, G., Muccino, E., Veneroni, L. & Zoja, R., (2015). Transphobic murders in Italy: an overview of homicides in Milan (Italy) in the last two decades (1994-2012). *Journal of Interpersonal Violence*. 30(16), 2872-85. doi: 10.1177/0886260514554293.

- Ramalho, N. A., Silva, A. C. & Santos, B. M. (2015). A Intervenção Social com Populações “Desassistidas” em Contexto de Rua: O Caso do Projeto ‘Trans Porta’. *Intervenção Social*. Lisboa: Lusíada
- Rebelo, J. (2007). A reinserção social – experiências de percursos de toxicodependentes (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto.
- Roche, K. & Keith, C. (2014). How stigma affects healthcare access for transgender sex workers. *British Journal of Nursing*. 23 (21), 1147-1152.
- Rodrigues, L. (2016). Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto
- Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2014). Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 137-156). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Sennott, S., L., (2010). Gender Disorder as Gender Oppression: A Transfeminist Approach to Rethinking the Pathologization of Gender Non-Conformity, *Women & Therapy*, 34:1-2, 93-113
- Silva, G., Souza E., Sena, R., Moura, I., Sobreira, M. & Miranda F. (2016). Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha Enfermagem*, 37(2), 1-7.
- Slamah, K., Winter, S. & Ordek, K. (2010). Stigma and Violence Against Transgender Sex Workers: Stigma, exclusion, poverty and death. *Global Network of sex work projects* (Research for sex work issue 12: sex work and violence), 30-31. Retirado de: [http://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/research-for-sex-work-12-english-russian\\_0.pdf](http://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/research-for-sex-work-12-english-russian_0.pdf)
- Stotzer, R., (2009). Violence against transgender people: A review of United States data. *Aggression and Violent Behavior*, 14, 170–179
- Stryker, S. (2008). *Transgender history*. Berkeley, CA: Seal Press

- Unger, R. & Crawford, M. (1993), Commentary: Sex And Gender—The Troubled Relationship Between Terms and Concepts, *PSYCHOLOGICAL SCIENCE*, 4 (2), 122-124
- United Nations. (2013). *Nascidos Livres E Iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos*. Brasília: UNAIDS
- WHO (2012). Prevention and treatment of HIV and other sexually transmitted infections for sex workers in low- and middle-income countries. [online]. Disponível: [http://who.int/hiv/pub/guidelines/sex\\_worker/en/index.html](http://who.int/hiv/pub/guidelines/sex_worker/en/index.html). Acedido a 21 de Dezembro de 2015.
- Witten, T. M., & Eyler, E. A. (1999). Hate crimes and violence against the transgendered. *Peace Review*, 11(3), 461–468.